Estratégia
CONCURSOS

Aul

Questões Comentadas de Português p/ Ministério do Trabalho (Auditor Fiscal do Trabalho - AFT)

Professor: Rafaela Freitas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 01
CRONOGRAMA E OBJETIVO DO CURSO.....03
ESTUDO DA BANCA.....04
QUESTÕES COMENTADAS.....06
LISTA DE QUESTÕES QUE FORAM COMENTADAS NESTA AULA.....47
GABARITO.....73
O MEU ATÉ BREVE.....73

DA FELICIDADE

Quantas vezes a gente, em busca da ventura,
Procede tal e qual o avozinho infeliz:
Em vão, por toda parte, os óculos procura
Tendo-os na ponta do nariz!

Mário Quintana

APRESENTAÇÃO

Olá, caros amigos do Estratégia Concursos!

Vamos iniciar um curso com uma proposta diferente: ***questões comentadas de português para um certame específico:*** **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, para o cargo de **Auditor-fiscal do Trabalho (AFT)**. Trata-se de um concurso muito aguardado e MUITO concorrido, por isso eu digo: **nada como uma preparação completa e sem pressa para garantir a sua aprovação**!! **Aposte nisso**!!

Mas por que estudar com questões da banca organizadora do certame e não com questões de outras bancas?

Meus queridos, o "pulo do gato" do concurseiro é entender que conhecer o perfil da organizadora do concurso que vai prestar é fundamental para chegar a aprovação. Não

basta conhecer todo o conteúdo, estudar cada tópico do edital, se não dominar a maneira como a banca vai cobrar os assuntos na prova!

Se você está aqui lendo o meu curso, é porque já entendeu ou menos começou a entender isso! Parabéns! Siga em frente!

Quero explicar outros detalhes, mas, antes disso, quero que me conheça!

Meu nome é **Rafaela Freitas,** sou graduada em **Letras** pela **Universidade Federal de Juiz de Fora**, onde resido, e pós-graduada em **Ensino de Língua Portuguesa**, pela mesma instituição (**UFJF**). Desde que me formei, tenho trabalhado com a preparação dos alunos para os mais diversos **concursos públicos**, em cursos presenciais, no que tenho colocado ênfase em minha carreira, embora também trabalhe com turmas preparatórias para vestibulares.

Sou concursada em dois estados diferentes (Minas Gerais e Rio de Janeiro), conquistei (e ainda estou conquistando) muitos objetivos com muito suor! Não foi fácil, tenho uma família para dar atenção, uma casa para cuidar, mas AMO o que faço, o cansaço não me vence! Sou uma apaixonada pela nossa língua mãe e por ensiná-la! E para vocês eu digo: cada esforço será recompensado no final! Tenham a certeza de que o português, já neste curso, não será um problema, mas sim a solução! Você sabe muito mais dessa língua do que imagina! Confie em mim e principalmente em seu potencial!

OBJETIVO E CRONOGRAMA DO CURSO

Este curso tem por objetivo trazer para os alunos **questões comentadas de português** da banca Cespe/UnB.

O curso terá só questões comentadas? Não! Teoria completa em vídeo! Se o seu estudo rende mais estudando com vídeos, não perca tempo! Assista às aulas e pegue os PDFs para praticar com questões comentadas.

Veja o que preparei para você:

AULA	CONTEÚDO	DATA
Aula 0	Questões comentadas sobre **compreensão e interpretação de textos, tipologia textual, coesão e coerência.**	30/09/2018

Aula 1	Questões comentadas sobre **ortografia oficial, acentuação gráfica, pontuação.**	06/09/2018
Aula 2	Questões comentadas sobre **formação de palavras** e **emprego das classes gramaticais**.	13/09/2018
Aula 3	Questões comentadas sobre **redação de correspondências oficiais** (conforme Manual de Redação da Presidência da República). **Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.**	20/09/2018
Aula 4	Questões comentadas sobre **sintaxe da oração e do período (termos da oração, subordinação e coordenação entre as orações).**	27/09/2018
Aula 5	Questões comentadas sobre **concordância nominal e verbal.**	04/10/2018
Aula 6	Questões comentadas sobre **regência nominal e verbal, emprego do sinal indicativo de crase.**	11/10/2018
Aula 7	Questões comentadas sobre **Significação das palavras. Figuras de linguagem.**	18/10/2018
Aula 8	Bateria de questões para revisão – Parte I	25/10/2018

Aula 9	Bateria de questões para revisão – Parte II	01/11/2018
Aula 10	Bateria de questões para revisão – Parte III	08/11/2017



Desde já, coloco-me à disposição para qualquer dúvida ou esclarecimento! Contatos:
E-mail: **professorarafaelafreitas@gmail.com.br**
ou ainda pelo **fórum de dúvidas.**
Na aula 01, vou liberar o meu WhatsApp para um atendimento ainda mais próximo!

Toda crítica ou sugestão será muito bem-vindas, o objetivo é sempre melhorar e oferecer um curso de excelência para quem se dedica a estudar com o Estratégia!

Facebook, Instagram e Youtube: ***Prof. Rafaela Freitas***



ESTUDO DA BANCA

Mais do que simplesmente resolver muitas questões da banca organizadora, saber o que e como estudar para as provas que ela elabora pode ser a grande chave para o sucesso daqueles que sonham em ingressar em uma carreira pública! Minha proposta aqui é formular itens que irão ajudar vocês a finalizarem o estudo e estarem preparados para a prova!

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE

E o que posso falar da tão temida **CESPE**?

Banca da Universidade de Brasília, o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE é a banca mais popular do Brasil, tem a má fama de ser uma das piores bancas de concurso. Mas para quem estuda há mais tempo, a CESPE acaba por se tornar uma das bancas favoritas, sim, é isso mesmo! Vamos analisar as características específicas dela para entendermos melhor isso.

1) Modelo de questões "Certo ou Errado" (na maioria das vezes). O lado bom é que questões assim deixam menos margem para chute técnico. Como não há critérios comparativos entre alternativas, muitos candidatos acabam ficando indecisos e nervosos. Uma dica pra aprender a lidar com isso: uma questão "meio certa" ou "meio errada" é uma questão ERRADA, pois não existe tais termos! Mesmo que 99% da questão esteja certa, e apenas 1% errada, saiba: ela está errada.

2) Muitas das provas do CESPE (mas nem todas! Preste atenção no edital, sempre!) costumam **ter fator de correção**. É o famoso "Uma errada anula uma certa". O candidato que não lê edital, ou que tem o hábito de marcar respostas no gabarito sem ter certeza do que está fazendo acaba tendo grandes chances de ser eliminado. Atenção! Dicas: I > ao estudar, procure fazer alguma marcação para diferenciar as respostas que você não tinha certeza absoluta. Ao corrigir a prova, identifique as matérias que você não tem um bom índice de acertos ao "chutar" e aquelas em que você pode confiar nos seus instintos. II > Dê mais ênfase nos seus estudos para as matérias em que você tem um maior índice de erros, e na hora da prova lembre-se de NÃO MARCAR AO ACASO nessas matérias.

3) Cuidado com as PEGADINHAS!!! O CESPE gosta de eliminar candidatos desatentos, não seja um deles! É muito comum ver questões praticamente corretas, com apenas uma palavra que altera todo o sentido. Um "não" ou "Sempre" ou "exclusivamente"… todas essas palavras merecem a atenção do candidato! Desconfie!

4) A banca Cespe exige mais do que memorização do candidato. É preciso ter capacidade de interpretação e de entendimento interdisciplinar.

5) vocês devem ter percebido que o CESPE costuma cobrar sempre os mesmos conteúdos, normalmente, não cobra todos os itens do edital. Com isso, é fundamental que o candidato resolva o maior número de questões de provas anteriores para se familiarizar com os conteúdos e abordagens mais frequentes.

Bom estudo!!



De acordo com uma lista da International Union for the Conservation of Nature, o Brasil é o país com o maior número de espécies de aves ameaçadas de extinção, com um total de 123 espécies sofrendo risco real de desaparecer da natureza em um futuro não tão distante. A Mata Atlântica concentra cerca de 80% de todas as aves ameaçadas no país, fato que resulta de muitos anos de exploração e desmatamentos. Atualmente, restam apenas cerca de 10% da floresta original, não sendo homogênea essa proporção de floresta remanescente ao longo de toda a Mata Atlântica. A situação é mais séria na região Nordeste, especialmente nos estados de Alagoas e Pernambuco, onde a maior parte da floresta original foi substituída por plantações de cana-de-açúcar. É nessa região que ainda podem ser encontrados os últimos exemplares das aves mais raras em todo o país, como o criticamente ameaçado limpa-folha-do-nordeste (*Philydor novaesi*). Essa pequena ave de dezoito centímetros vive no estrato médio e dossel de florestas bem conservadas e ricas em bromélias, onde procura artrópodes dos quais se alimenta. Atualmente, as duas únicas localidades onde a espécie pode ser encontrada são a Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, e a Serra do Urubu, em Pernambuco.

Pedro F. Develey et al. **O Brasil e suas aves**. In: Scientific American Brasil, 2013 (com adaptações).

01. **(ICMBio – 2014 – Analista Administrativo – CESPE/UnB)** Nas sequências "toda a Mata Atlântica" e "todo o país", os artigos definidos "a" e "o" são opcionais, podendo ser suprimidos sem que haja prejuízo à correção gramatical e à significação dos períodos de que fazem parte.

Comentário:

Dizer que o "a" em "toda a Mata Atlântica" e o "o" em "todo o país" são opcionais é um erro, pois a retirada deles acarretaria em prejuízo semântico. Vejamos isso nos trechos:

"(...) não sendo homogênea essa proporção de floresta remanescente ao longo de ***toda a Mata Atlântica****" – o autor refere-se à Mata Atlântica (com letra maiúscula) de maneira específica, a única que existe, que abrange parte do Brasil. Por isso, o artigo "a"*

não pode ser retirado, pois ele cumpre o papel de especificador, sem ele, o nome ficaria generalizado.

*"É nessa região que ainda podem ser encontrados os últimos exemplares das aves mais raras em **todo o país**". – o termo "todo o país" significa "o país inteiro", referindo-se ao Brasil. Se o artigo "o" for retirado, o termo passará a indicar todo e qualquer país do mundo inteiro, não apenas o Brasil.*

GABARITO: ERRADO

Texto base para as duas próximas questões.

As tendências que levaram D. Pedro II a querer dissimular o imenso poderio de que efetivamente dispunha e, é bom dizê-lo, que não lhe é regateado pela Constituição, faziam que fosse buscar, para ministros, aqueles que pareciam mais dóceis à sua vontade, ou que esperava poder submeter algum dia às decisões firmes, ainda que tácitas, da Coroa. Se não se recusa, conforme as circunstâncias, a pôr em uso algumas regras do parlamentarismo, jamais concordará em aceitar as que lhe retirariam a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros de Estado para confiá-la a uma eventual maioria parlamentar. E se afeta ceder nesse ponto, é que há coincidência entre sua vontade e a da maioria, ao menos no que diz respeito à nomeação. Ou então é porque não tem objeções sérias contra o chefe majoritário. Quando nenhum desses casos se oferece, discricionariamente exerce a escolha, e sabe que pode exercê-la, porque se estriba no art. 101, n.º 6, da Constituição do Império.

Sérgio Buarque de Hollanda. **O Brasil monárquico. Do Império à República**. In: coleção **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, tomo II, vol. 5. p. 21 (com adaptações).

02. **(CAM/DEP – 2014 – Analista Legislativo – CESPE/ UnB)** O termo "nesse ponto" remete ao seguinte trecho do período precedente: "pôr em uso algumas regras do parlamentarismo".

Comentário: vejamos o trecho:

*"Se não se recusa, conforme as circunstâncias, a pôr em uso algumas regras do parlamentarismo, jamais concordará em aceitar as que lhe retirariam a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros de Estado para confiá-la a uma eventual maioria parlamentar. E se afeta ceder **nesse ponto**, é que há coincidência entre sua vontade e a da maioria, ao menos no que diz respeito à nomeação".*

***A expressão "nesse ponto" NÃO se refere ao trecho** "pôr em uso algumas regras do parlamentarismo", mas sim à possibilidade de Dom Pedro II ver retirada a sua faculdade*

de nomear e demitir livremente os ministros do Estado. O texto afirma que, se Dom Pedro II cedesse a essa regra parlamentar, seria por saber que a vontade da maioria do legislativo (que escolheria os Ministros) seria idêntica à sua.

GABARITO: ERRADO

03. **(CAM/DEP – 2014 – Analista Legislativo – CESPE/ UnB)** Depreende-se do texto que o "art. 101, n.º 6, da Constituição do Império" tornou-se letra morta em decorrência da prática política adotada por D. Pedro II.

Comentário: trata-se de uma questão de interpretação de texto. A melhor maneira de ficar "craque" na interpretação é praticar muito, tanto com questões da banca do certame quanto de outras. É muito difícil um mesmo texto aparecer em mais de uma prova da banca, então, o jeito é ler e treinar o quanto puderem.

Diante de um texto, descubra primeiro do que se trata, depois tente compreender cada parágrafo e, por fim, seja capaz de parafrasear o que leu! Parece difícil, mas com a prática adquirida com muito estudo ficará moleza!!

Voltando à questão, a assertiva diz que ***Depreende-se do texto que o "art. 101, n.º 6, da Constituição do Império" tornou-se letra morta em decorrência da prática política adotada por D. Pedro II.***

O texto afirma que Dom Pedro exercia a escolha dos Ministros de Estado com base no dispositivo constitucional mencionado: "Ou então é porque não tem objeções sérias contra o chefe majoritário. Quando nenhum desses casos se oferece, discricionariamente exerce a escolha, e sabe que pode exercê-la, porque se estriba no art. 101, n.º 6, da Constituição do Império.". Assim, não podemos dizer que esse dispositivo tornou-se "letra morta", já que ele fundamentava a escolha de Dom Pedro II.

Vale ressaltar que "escriba" vem do verbo "escribar", que significa ***fundamentar****.*

GABARITO: ERRADO

A partir de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2) determinou que a Google Brasil retirasse, em até 72 horas, 15 vídeos do YouTube que disseminam o preconceito, a intolerância e a discriminação a religiões de matriz africana, e fixou multa diária de R$ 50.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Na ação civil pública, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) alegou que a Constituição garante aos cidadãos não apenas a obrigação do Estado em respeitar as liberdades, mas também a obrigação de zelar para que elas sejam respeitadas pelas pessoas em suas relações recíprocas.

Para a PRDC/RJ, somente a imediata exclusão dos vídeos da Internet restauraria a dignidade de tratamento, que, nesse caso, foi negada às religiões de matrizes africanas. Corroborando a visão do MPF, o TRF2 entendeu que a veiculação de vídeos potencialmente ofensivos e fomentadores do ódio, da discriminação e da intolerância contra religiões de matrizes africanas não corresponde ao legítimo exercício do direito à liberdade de expressão. O tribunal considerou que a liberdade de expressão não se pode traduzir em desrespeito às diferentes manifestações dessa mesma liberdade, pois ela encontra limites no próprio exercício de outros direitos fundamentais.

Internet: <http://ibde.org.br> (com adaptações).

04. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Predomina no texto em apreço o tipo textual narrativo.

Comentário: a banca considerou esse item como correto. Os textos narrativos são baseados em uma ação que envolve personagens, tempo, espaço e conflito. Esses, que são elementos essenciais de uma narrativa, precisam estar presentes no texto para que ele seja considerado de tal tipo. O texto em questão tem caráter informativo, foi vinculado na mídia e narra um fato/ação real (retirada, pelo Google Brasil, de alguns vídeos que disseminam o preconceito e a intolerância). Texto narrativo-informativo.

GABARITO: ERRADO

Segundo a doutrina nacional, os crimes cibernéticos (também chamados de eletrônicos ou virtuais) dividem-se em puros (ou próprios) ou impuros (ou impróprios). Os primeiros são os praticados por meio de computadores e se realizam ou se consumam também em meio eletrônico. Os impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado que ameaça ou lesa outros bens, diferentes daqueles da informática.

É importante destacar que o art. 154-A do Código Penal (Lei n.º 12.737/2012) trouxe para o ordenamento jurídico o crime novo de "invasão de dispositivo informático", que consiste na conduta de invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Quanto à culpabilidade, a conduta criminosa do delito cibernético caracteriza-se somente pelo dolo, não havendo a previsão legal da conduta na forma culposa.

Idem, ibidem.

- 05. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Depreende-se das informações do texto que, nos crimes cibernéticos chamados impuros ou impróprios, o resultado extrapola o universo virtual e atinge bens materiais alheios à informática.

Comentário: *no texto temos: "Os (crimes cibernéticos ou crimes virtuais) impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado que ameaça ou lesa outros bens, diferentes daqueles da informática." Portanto, é correto afirmar que:* ***nos crimes cibernéticos chamados impuros ou impróprios, o resultado extrapola o universo virtual e atinge bens materiais alheios à informática.***

Vale ressaltar: *ALHEIO = distante, afastado, longe, impróprio. Logo, diferentes daqueles da informática... alheios à informática.*

GABARITO: CERTO

06. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Ainda com base no texto da questão anterior, infere-se dos fatos apresentados que a consideração de crime para os delitos cibernéticos foi determinada há várias décadas, desde o surgimento da Internet.

Comentário: A questão poderia ser respondida apenas atentando para a data da lei: o ano de 2012. Assim sendo, não há como inferir que o delito foi determinado HÁ VÁRIAS DÉCADAS! O texto não traz tal informação especificada!

GABARITO: ERRADO

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patrício Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. **A vida natural**. *In*: **Arte e ciência de roubar galinha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

07. **(CGE-PI – 2014 – Auditor Governamental – CESPE)** Infere-se da leitura do texto que, para o autor, os baianos não são naturalmente adeptos da alimentação natural.

*Comentário: precisamos deduzir algo do texto para compreendermos a questão. Ao dizer "...Geraldo Sarno, que é baiano **E** natural – pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis" o autor nos mostra um caso de exceção marcado pela conjunção "e", usada como adversativa. Geraldo é baiano e, mesmo assim, gosta de comida natural.*

*Portanto, como Geraldo é uma exceção, podemos inferir que os baianos **não** são naturalmente adeptos da alimentação natural, conforme afirma o enunciado.*

GABARITO: CERTO

Neste ano, em especial, alguns cargos que tradicionalmente já são valorizados devem ficar ainda mais requisitados. São promissores cargos ligados à ciência de dados, em especial ao *big data* e aos dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Os novos profissionais da área de tecnologia ganham relevância pela capacidade de aprofundar a análise de informações e pela criação de estratégias dentro de empresas. A tendência é que, à medida que esse mercado se desenvolva no Brasil, aumentem as oportunidades nos próximos anos. Em momentos de incerteza econômica, buscar soluções para aumentar a produtividade é uma escolha certeira para sobreviver e prosperar: nesse sentido, as empresas brasileiras estão fazendo o dever de casa.

Veja, 7/1/2015, p. 55 (com adaptações).

08. **(FUB – 2015 – Todos os cargos – CESPE)** Depreende-se do texto que o Brasil vive um momento de grande incerteza econômica, principalmente por não haver avançado o suficiente no campo da tecnologia.

Comentário: Não é possível inferir que a incerteza econômica brasileira tem relação com o campo da tecnologia. O texto afirma que o campo da tecnologia é uma das soluções para aumentar a produtividade em tempos de incerteza econômica. Apesar de ter incerteza econômica, os setores estão se desenvolvendo, buscando soluções para aumentar a produtividade.

GABARITO: ERRADO

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes formas de se exercer o poder da República: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de idade que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

Ana Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles e Amanda Camylla Pereira. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

09. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** os instrumentos legais acerca da legislação eleitoral que surgiram logo após a promulgação da Constituição de 1891 tinham os objetivos de ampliar a parcela votante da população e diminuir as fraudes ocorridas durante o processo eleitoral, mas fracassaram nesses aspectos.

Comentário: Em nenhum momento no texto há menção de que as leis tinham objetivos de ampliar a parcela votante e diminuir as fraudes, observa-se no último parágrafo: "As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes"

GABARITO: ERRADO

10. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** O fim do voto censitário e a manutenção do voto direto foram importantes porque denotaram a preocupação do governo com o povo e constituíram o início do processo democrático no Brasil.

Comentário: O que diz a assertiva não está de acordo com o que diz o texto, veja:

*"Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, **votaram 2,2% da população.** Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação **popular continuou sendo muito baixa** em virtude, principalmente, da **proibição** do voto dos **analfabetos e das mulheres**".*

Não é possível afirmar que havia uma "preocupação do governo com o povo e o início do processo democrático no Brasil" se apenas 2,2% da população votava nas eleições, sendo o voto dos analfabetos e das mulheres proibido.

GABARITO: ERRADO

11. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** Nos primeiros anos após a Proclamação da República, os civis e os militares discordavam quanto à autonomia que deveria ser dada pelo governo às unidades regionais.

*Comentário: A afirmação do enunciado está correta e pode ser confirmada no trecho: "**Os civis**, representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, **queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais**. **Os militares**, por outro lado, **defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis**. "*

GABARITO: CERTO

12. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** A instabilidade observada nos anos que se seguiram à Proclamação da República deveu-se ao súbito ganho de poder dos civis, o que, de acordo com o texto, gerou acirradas disputas com os militares, tradicionais detentores do poder.

Comentário: Vejamos no texto: "Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir."

*Podemos analisar que não houve "súbito ganho de poder dos civis" e sim **"grandes incertezas".** Aliás o texto não fala nada sobre tal ganho de poder.*

GABARITO: ERRADO

Texto base para as duas questões que seguem.

Segundo a Constituição Federal, todo poder emana do povo e por ele será exercido, quer de maneira direta, quer por intermédio de representantes eleitos. Essa afirmação, dentro do espírito do texto constitucional, deve ser interpretada como verdadeiro dogma estabelecido pelo constituinte originário, mormente quando nos debruçamos sobre o cenário político dos anos anteriores à eleição dos membros que comporiam a Assembleia Constituinte que resultou na Carta de 1988.

Em expedita sinopse, é possível perceber que, após longo período de repressão à manifestação do pensamento, o povo brasileiro ansiava por exercer o direito de eleger os seus representantes com o objetivo de participar direta ou indiretamente da formação da vontade política da nação.

Dentro desse contexto, impende destacar que os movimentos populares que ocorreram a partir do ano de 1984, que deram margem ao início do processo de elaboração da nova Carta, deixaram transparecer de maneira cristalina aos então governantes que o coração da nação brasileira estava palpitante, quase que exageradamente acelerado, tendo em vista a possibilidade de se recuperar o exercício do poder, cujo titular, por longo lapso, deixou de ser escolhido pelo povo brasileiro.

Em meio a esse cenário, foi elaborado o texto constitucional, que, desde então, recebeu a denominação de Constituição Cidadã. O art. 14 desse texto confere ênfase à titularidade do poder para ressaltar que "A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos", deixando transparecer que a intenção da Lei Maior é fazer que o povo exerça efetivamente o seu direito de participar da formação da vontade política.

Fernando Marques Sá. **Desaprovação das contas de campanha do candidato – avanço da legislação para as eleições de 2014**. *In*: Estudos Eleitorais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Vol. 9, n.º 2, 2014, p. 52-3. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações)

13. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** A Constituição Federal de 1988 é denominada de Constituição Cidadã por conferir ênfase à titularidade do exercício do poder pelo povo, como se pode observar no texto do artigo 14 da Carta Magna.

Comentário: A resposta para esta questão está no último parágrafo, que contextualiza a elaboração da Constituição Cidadã no período em que o povo buscava recuperar o exercício do poder. A denominação da Carta Magna se deve à titularidade do poder pelo povo, conforme dispõe o art. 14.

GABARITO: CERTO

14. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** Foi necessária a promulgação da Carta Magna de 1988 para que o exercício do poder pelo povo virasse realidade.

*Comentário: Assertiva errada, pois o texto deixa claro que, antes de 1988, em algum momento, o exercício do poder já foi do povo brasileiro. É o que se entende pelo trecho da linha vinte: "A nova Carta representava: a possibilidade de **recuperar** o exercício do poder...". Recuperar é ter novamente algo que se teve antes.*

GABARITO: ERRADO

O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas evalores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades. Suas consequências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens emulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade. Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos — geralmente de caráter transnacional — com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania nacional e afetam a estrutura social e econômica interna, devendo o governo adotar uma postura firme de combate ao tráfico de drogas, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos.

Internet: <www.direitoshumanos.usp.br>

15. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** O pronome possessivo "Suas" (L.4) refere-se a "de todos os Estados e sociedades" (L. 3 e 4).

*Comentário: O pronome possessivo "SUAS" (L.4) refere-se ao "uso indevido de drogas" (L.1). Para chegar a esta conclusão, basta ler o texto ligando uma frase a outra e percebendo que se mantém a coesão textual: "O **uso indevido de drogas** constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça... **suas consequências** infligem..."*

GABARITO: ERRADO

O ofício de catador conquistou espaço em âmbito público em 2010, com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Após vinte anos de tramitação, a nova lei regula a destinação dos produtos com ciclo de vida durável, integrando o poder público, as empresas e a população na gestão dos resíduos. Os estados e municípios deverão adotar os novos parâmetros até agosto de 2014, caso contrário, não receberão recursos da União. Nesse contexto, a lei propõe incentivos dos municípios para a organização desses trabalhadores em cooperativas, em detrimento do trabalho autônomo dos catadores de rua. A maioria dos catadores autônomos, entretanto, é moradora de rua ou desempregada, sem acesso ao mercado de trabalho formal. Em muitos casos, são dependentes químicos ou alcoólatras, e não têm horários estabelecidos para o trabalho. Entre as razões para preferir a informalidade, estão a liberdade para estabelecer horários, a desconfiança da hierarquia das cooperativas, o pagamento semanal em vez de diário e a incompatibilidade com a forma da organização.

Emily Almeida. **Emancipação dos catadores**. *In*: Darcy, set.-out./2013 (com adaptações).

16. **(ICMBIO – 2014 – Cargos nível superior – CESPE)** O elemento coesivo sentencial "entretanto" (l.12) tem a finalidade semântica de introduzir uma relação de adversidade entre a informação expressa no período de que faz parte e a informação expressa nos períodos que o antecedem.

Comentário: Existe sim uma relação de adversidade (oposição) entre as sentenças, pois o que foi falado no início do texto sobre incentivo e reconhecimento do ofício de catador não condiz com a situação dos catadores, que moram na rua, estão desempregados e sem acesso ao mercado de trabalho formal.

GABARITO: CERTO

O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, com inovação e competitividade, por meio do intercâmbio com outros países. No âmbito do programa, serão concedidas, até 2015, mais de 100 mil bolsas de estudos no exterior para estudantes de graduação e pós-graduação. O Ciência sem Fronteiras também pretende atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil. Esse incentivo torna-se imperativo no início do século XXI, devido à extrema velocidade com que ciência e tecnologia se desenvolvem. Há décadas, países como China e Índia têm enviado estudantes para países centrais, com resultados muito positivos. Provavelmente, o programa brasileiro vai acelerar a mobilidade internacional e proporcionar avanços na ciência brasileira. Essa iniciativa louvável talvez inspire outras não menos importantes — como o estímulo à mobilidade nacional de estudantes —, que ainda são incipientes. Estudantes do Acre, de Rondônia ou do Maranhão certamente seriam beneficiados com a estada de um ano em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Da mesma forma, alunos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília se beneficiariam com uma temporada no Acre, em Rondônia ou no Maranhão. Essa troca de experiências seria um instrumento de coesão e compreensão dos diferentes aspectos culturais e de problemas comuns e específicos de diferentes regiões brasileiras.

Isaac Roitman. **Brasil sem fronteiras**. *In*: **Revista DARCY**. Brasília: UnB, n.º 11, jun.-jul./2012, p. 7 (com adaptações).

17. **(TC-DF – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** O pronome "que" (l.18) tem como referente o termo "estudantes" (l.17).

Comentário: Vejamos no texto: "Essa iniciativa louvável talvez inspire outras (iniciativas – termo em elipse) não menos importantes (...) ***que*** *ainda são incipientes." O pronome relativo retoma o pronome "iniciativas", que está em elipse no trecho. O trecho "como estímulo à mobilidade nacional de* ***estudantes****" está entre travessões e é um aposto, serve como informação adicional, tanto que pode ser retirado sem prejuízo no sentido. Dessa forma, o relativo "que" não pode ter como antecedente a palavra "estudante" que está no aposto.*

GABARITO: ERRADO

Migrar e trabalhar. Quando esses verbos se conjugam da pior forma possível, acontece o chamado tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas para exploração econômica e sexual está relacionado ao modelo de desenvolvimento que o mundo adota. Esse modelo é baseado em um entendimento de competitividade que pressiona por uma redução constante nos custos do trabalho.

No passado, os escravos eram capturados e vendidos como mercadoria. Hoje, a pobreza que torna populações vulneráveis garante oferta de mão de obra para o tráfico — ao passo que a demanda por essa força de trabalho sustenta o comércio de pessoas. Esse ciclo atrai intermediários, como os *gatos* (contratadores que aliciam pessoas para serem exploradas em fazendas e carvoarias), os *coiotes* (especializados em transportar pessoas pela fronteira entre o México e os Estados Unidos da América) e outros *animais*, que lucram sobre os que buscam uma vida mais digna. Muitas vezes, é a iniciativa privada uma das principais geradoras do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, ao forçar o deslocamento de homens, mulheres e crianças para reduzir custos e lucrar. Na pecuária brasileira, na produção de cacau de Gana, nas tecelagens ou fábricas de tijolos do Paquistão.

O tráfico de pessoas e as formas contemporâneas de trabalho escravo não são uma doença, e sim uma febre que indica que o corpo está doente. Por isso, sua erradicação não virá apenas com a libertação de trabalhadores, equivalente a um antitérmico — necessário, mas paliativo. O fim do tráfico passa por uma mudança profunda, que altere o modelo de desenvolvimento predatório do meio ambiente e dos trabalhadores. A escravidão contemporânea não é um resquício de antigas práticas que vão desaparecer com o avanço do capital, mas um instrumento utilizado pelo capitalismo para se expandir.

Leonardo Sakamoto. **O tráfico de seres humanos hoje**. In: **História viva**. Internet: <www2.uol.com.br> (com adaptações).

18. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** No texto, as expressões “esses verbos” (L.1) e “Esse ciclo” (L.12) têm a mesma finalidade: retomar termos ou ideias expressos anteriormente.

Comentário: A assertiva está correta. Os pronomes esse, essa e isso são anafóricos, ou seja, retomam termos anteriormente ditos. É um exemplo de coesão referencial.

GABARITO: CERTO

O tráfico internacional de drogas começou a desenvolver-se em meados da década de 70, tendo tido o seu *boom* na década de 80. Esse desenvolvimento está estreitamente ligado à crise econômica mundial. O narcotráfico determina as economias dos países produtores de coca e, ao mesmo tempo, favorece principalmente o sistema financeiro mundial. O dinheiro oriundo da droga corresponde à lógica do sistema financeiro, que é eminentemente especulativo. Este necessita, cada vez mais, de capital "livre" para girar, e o tráfico de drogas promove o "aparecimento mágico" desse capital que se acumula de modo rápido e se move velozmente.

A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional. A cocaína gera "dependência" em grupos econômicos e até mesmo nas economias de alguns países, como nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores — Peru, Bolívia e Colômbia, para citar apenas os casos de maior destaque. Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US$ 1,5 bilhão contra US$ 2,5 bilhões das exportações legais.

Na Colômbia, o narcotráfico gera de US$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US$ 5,25 bilhões. Nesses países, a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligação com os traficantes e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes.

Oswaldo Coggiola

19. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** Depreende-se do texto uma discrepância na ligação do narcotráfico com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico.

Comentário: Façamos primeiro uma análise das palavras envolvidas que talvez causem dúvidas:

Depreender = concluir

Discrepância = discordância, desigualdade.

Agora vamos analisar a questão: ***Depreende-se*** *do texto uma* ***discrepância*** *na ligação do narcotráfico com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico, ou seja,* ***conclui-se*** *do texto uma* ***discordância*** *na ligação do narcotráfico com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico. Observem os últimos parágrafos: "Os narcotraficantes* ***controlam*** *o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e* ***até*** *as unidades encarregadas do* ***combate ao tráfico****.* ***Não há setor da sociedade que não tenha ligação com os traficantes e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes****." (Grifo meu). Então, a questão é ERRADA! Pois* ***NÃO*** *existe uma discordância (discrepância) na ligação do narcotráfico*

com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico. Eles também têm ligação com os traficantes.

A discordância existe se levarmos em consideração o nosso conhecimento de mundo e os nossos valores éticos. Não é normal para a maioria de nós que a igreja e os órgãos de combate ao tráfico tenham alguma relação com os traficantes, mas devemos ter cuidado para não deixar a nossa avaliação pessoal influenciar a nossa escolha do gabarito. Ok? Aí tem uma pegadinha.

GABARITO: ERRADO

20. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** O texto da questão anterior, que se classifica como dissertativo, expõe a articulação entre o tráfico internacional de drogas e o sistema financeiro mundial.

Comentário: Trata-se de um texto dissertativo/expositivo. Notem que há presença de dados para comprovar, e uma ideia de trazer informação para o leitor. O texto apresenta:

- introdução, desenvolvimento e conclusão;

- o objetivo não é persuadir, mas explicar, informar;

- amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.

GABARITO: CERTO

As primeiras moedas, peças representando valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual Turquia), no século VII a.C. As características que se desejava ressaltar eram transportadas para as peças por meio da pancada de um objeto pesado, em primitivos cunhos. Com o surgimento da cunhagem a martelo e o uso de metais nobres, como o ouro e a prata, os signos monetários passaram a ser valorizados também pela nobreza dos metais neles empregados.

Embora a evolução dos tempos tenha levado à substituição do ouro e da prata por metais menos raros ou suas ligas, preservou-se, com o passar dos séculos, a associação dos atributos de beleza e expressão cultural ao valor monetário das moedas, que quase sempre, na atualidade, apresentam figuras representativas da história, da cultura, das riquezas e do poder das sociedades.

A necessidade de guardar as moedas em segurança levou ao surgimento dos bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar recibos escritos das quantias guardadas. Esses recibos passaram, com o tempo, a servir como meio de pagamento por seus possuidores, por ser mais seguro portá-los do que portar dinheiro vivo. Assim surgiram as primeiras cédulas de "papel moeda", ou cédulas de banco; concomitantemente ao surgimento das cédulas, a guarda dos valores em espécie dava origem a instituições bancárias.

Casa da Moeda do Brasil: 290 anos de História, 1694/1984.

21. **(Caixa – 2014 – Nível Superior – CESPE)** No texto, predominantemente descritivo, são utilizados trechos narrativos como recurso para defender os argumentos elencados.

Comentário: Em um texto predominantemente descritivo há uma descrição estática (parada num determinado tempo/espaço) de alguém ou alguma coisa. Agora, o que caracteriza um texto narrativo é exatamente o desenvolvimento de uma história que ocorre ***em tempo e espaço diferentes****. Sendo assim, o trecho inicial do texto já nos dá a resposta para essa questão, pois nos traz as seguintes informações: o quê?; onde? e quando?, ou seja, no primeiro parágrafo já temos indicações de que o texto será desenvolvido de maneira narrativa. O texto é predominantemente NARRATIVO, com trechos* ***descritivos****! É o contrário do que se afirma no enunciado.*

GABARITO: ERRADO

Imigrantes ilegais, os homens e as mulheres vieram para Prato, na Itália, como parte de *snakebodies* liderados por *snakeheads* na Europa. Em outras palavras, fizeram a perigosa viagem da China por trem, caminhão, a pé e por mar como parte de um grupo pequeno, aterrorizado, que confiou seu destino a gangues chinesas que administram as maiores redes de contrabando de gente no mundo. Nos locais em que suas viagens começaram, havia filhos, pais, esposas e outros que dependiam deles para que enviassem dinheiro. No destino, havia paredes cobertas com anúncios de mau gosto de empregos que representavam a esperança de uma vida melhor.

Pedi a um dos homens ao lado da parede que me contasse como tinha sido sua viagem. Ele objetou. Membros do *snakebody* têm de jurar segredo aos *snakeheads* que organizam sua viagem. Tive de convencê-lo, concordando em usar um nome falso e camuflar outros aspectos de sua jornada. Depois de uma série de encontros e entrevistas, pelos quais paguei alguma coisa, a história de como Huang chegou a Prato emergiu lentamente.

James Kynge. **A China sacode o mundo**. São Paulo: Globo, 2007 (com adaptações).

22. **(Polícia Federa – 2014 – Agente de Polícia Federal – CESPE)** O texto é narrativo e autobiográfico, o que se evidencia pelo uso da primeira pessoa do singular no segundo parágrafo, quando é contado um fato acontecido ao narrador.

Comentário: O texto, que apresenta dois parágrafos, é claramente um exemplo de texto narrativo. O primeiro parágrafo está em terceira pessoa. O segundo está em primeira pessoa. Realmente o narrador é também um personagem, mas, ATENÇÃO, o fato de haver uma narrativa em primeira pessoa não quer dizer que seja uma autobiografia. O narrador participa da história, ele está incluído nos fatos narrados, mas o texto não é uma autobiografia, pois não se trata da narração da história do próprio narrador.

GABARITO: ERRADO.

Pedi ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que falasse sobre a ideia que o projetou. A síntese da metafísica dos povos "exóticos" surgiu em 1996 e ganhou o nome de "perspectivismo ameríndio".

Fazia já alguns anos, então, que o antropólogo se ocupava de um traço específico do pensamento indígena nas Américas. Em contraste com a ênfase dada pelas sociedades industriais à *produção* de objetos, vigora entre esses povos a lógica da *predação*. O pensamento ameríndio dá muita importância às relações entre caça e caçador — que têm, para eles, um valor comparável ao que conferimos ao trabalho e à fabricação de bens de consumo. Diferentes espécies animais são pensadas com base na posição que ocupam nessa relação. Gente, por exemplo, é, ao mesmo tempo, presa de onça e predadora de porcos.

Pesquisas realizadas por duas alunas de Viveiros de Castro, na mesma época, com diferentes grupos indígenas da Amazônia, chamavam a atenção para outra característica curiosa de seu pensamento: de acordo com os interlocutores de ambas, os animais podiam assumir a perspectiva humana. Um levantamento realizado então indicava a existência de ideias semelhantes em outros grupos espalhados pelas Américas, do Alasca à Patagônia. Segundo diferentes etnias, os porcos, por exemplo, se viam uns aos outros como gente. E enxergavam os humanos, seus predadores, como onça. As onças, por sua vez, viam a si mesmas e às outras onças como gente. Para elas, contudo, os índios eram tapires ou pecaris — eram presa.

Ser gente parecia uma questão de ponto de vista. Gente é quem ocupa a posição de sujeito. No mundo amazônico, escreveu o antropólogo, "há mais pessoas no céu e na terra do que sonham nossas antropologias".

Ao se verem como gente, os animais adotam também todas as características culturais humanas. Da perspectiva de um urubu, os vermes da carne podre que ele come são peixes grelhados, comida de gente. O sangue que a onça bebe é, para ela, cauim, porque é cauim o que se bebe com tanto gosto. Urubus entre urubus também têm relações sociais humanas, com ritos, festas e regras de casamento.

Tudo se passa, conforme Viveiros de Castro, como se os índios pensassem o mundo de maneira inversa à nossa, se consideradas as noções de "natureza" e de "cultura". Para nós, o que é dado, o universal, é a natureza, igual para todos os povos do planeta. O que é construído é a cultura, que varia de uma sociedade para outra. Para os povos ameríndios, ao contrário, o dado universal é a cultura, uma única cultura, que é sempre a mesma para todo sujeito. Ser gente, para seres humanos, animais e espíritos, é viver segundo as regras de casamento do grupo, comer peixe, beber cauim, temer onça, caçar porco.

Mas se a cultura é igual para todos, algo precisa mudar. E o que muda, o que é construído, dependendo do observador, é a natureza. Para o urubu, os vermes no corpo em decomposição são peixe assado. Para nós, são vermes. Não há uma terceira posição, superior e fundadora das outras duas. Ao passarmos de um observador a outro, para que a cultura permaneça a mesma, toda a natureza em volta precisa mudar.

Rafael Cariello. **O antropólogo contra o Estado**. *In*: Revista **piauí**, n.º 88, jan./2014 (com adaptações).

23. **(Câmara dos Deputados – 2014 – Analista Legislativo – CESPE)** Narrado em primeira pessoa e tratando de tema científico, o texto classifica-se como artigo científico, ainda que tenha sido publicado em periódico não especializado.

Comentário: Após a leitura do texto, percebemos que há uma dissertação argumentativa clara. Escrever um texto com tema ligado à ciência não torna o texto científico, esse é um outro cuidado que temos que tomar. Temos uma defesa de tese com assunto ligado a conhecimentos científicos.

*Vale ressaltar que **é** considerado **científico** o artigo que foi submetido a exame por outros cientistas, que verificam as informações, os métodos e a precisão lógico-metodológica das conclusões ou resultados obtidos. Um artigo CIENTÍFICO apresenta **resultados sucintos** de uma pesquisa realizada de acordo com o método científico aceito por uma comunidade de pesquisadores.*

GABARITO: ERRADO

Tarde de verão, é levado ao jardim na cadeira de braços — sobre a palhinha dura a capa de plástico e, apesar do calor, manta xadrez no joelho. Cabeça caída no peito, um fio de baba no queixo. Sozinho, regala-se com o trino da corruíra, um cacho dourado de giesta e, ao arrepio da brisa, as folhinhas do chorão faiscando — verde, verde! Primeira vez depois do insulto cerebral aquela ânsia de viver. De novo um homem, não barata leprosa com caspa na sobrancelha — e, a sombra das folhas na cabecinha trêmula, adormece. Gritos: *Recolha a roupa. Maria, feche a janela. Prendeu o Nero?* Rebenta com fúria o temporal. Aos trancos João ergue o rosto, a chuva escorre na boca torta. Revira em agonia o olho vermelho — é uma coisa, que a família esquece na confusão de recolher a roupa e fechar as janelas?

24. **(Câmara dos Deputados – 2014 – Analista Legislativo – CESPE)** Por tratar-se de narrativa em terceira pessoa, o texto apresenta, além do relato das ações, alguns comentários do narrador, sem perscrutar o pensamento do personagem principal.

Comentário: O erro da afirmativa dessa questão está em dizer que o narrador NÃO procurou saber o pensamento do personagem principal. Isso porque, nas linhas 7 e 12 do texto, fica claro o pensamento do personagem.

Perscrutar = Investigar, sondar, explorar, examinar minuciosamente.

GABARITO: ERRADO

Imigrantes ilegais, os homens e as mulheres vieram para Prato, na Itália, como parte de *snakebodies* liderados por *snakeheads* na Europa. Em outras palavras, fizeram a perigosa viagem da China por trem, caminhão, a pé e por mar como parte de um grupo pequeno, aterrorizado, que confiou seu destino a gangues chinesas que administram as maiores redes de contrabando de gente no mundo. Nos locais em que suas viagens começaram, havia filhos, pais, esposas e outros que dependiam deles para que enviassem dinheiro. No destino, havia paredes cobertas com anúncios de mau gosto de empregos que representavam a esperança de uma vida melhor.

Pedi a um dos homens ao lado da parede que me contasse como tinha sido sua viagem. Ele objetou. Membros do *snakebody* têm de jurar segredo aos *snakeheads* que organizam sua viagem. Tive de convencê-lo, concordando em usar um nome falso e camuflar outros aspectos de sua jornada. Depois de uma série de encontros e entrevistas, pelos quais paguei alguma coisa, a história de como Huang chegou a Prato emergiu lentamente.

25. **(Polícia Federa – 2014 – Agente de Polícia Federal – CESPE)** O texto é narrativo e autobiográfico, o que se evidencia pelo uso da primeira pessoa do singular no segundo parágrafo, quando é contado um fato acontecido ao narrador.

Comentário: o texto, que apresenta dois parágrafos, é claramente um exemplo de texto narrativo. O primeiro parágrafo está em terceira pessoa. O segundo está em primeira pessoa. Realmente o narrador é personagem, mas, ATENÇÃO, o fato de haver uma narrativa em primeira pessoa não quer dizer que seja uma autobiografia. O narrador participa da história, ele está incluído nos fatos narrados, mas o texto não é uma autobiografia, pois não narra a história dele especificamente.

GABARITO: ERRADO.

Alexandria, no Egito, reinou quase absoluta como centro da cultura mundial no período do século III a.C. ao século IV d.C. Sua famosa Biblioteca continha praticamente todo o saber da Antiguidade em cerca de 700.000 rolos de papiro e pergaminho e era frequentada pelos mais conspícuos sábios, poetas e matemáticos.

A Biblioteca de Alexandria estava muito próxima do que se entende hoje por Universidade. E faz-se apropriado o depoimento do insigne Carl B. Boyer, em **A História da Matemática**: "A Universidade de Alexandria evidentemente não diferia muito de instituições modernas de cultura superior. Parte dos professores provavelmente se notabilizou na pesquisa, outros eram melhores como administradores e outros ainda eram conhecidos pela sua capacidade de ensinar."

Em 47 a.C., envolvendo-se na disputa entre a voluptuosa Cleópatra e seu irmão, o imperador Júlio César mandou incendiar a esquadra egípcia ancorada no porto de Alexandria. O fogo se propagou até as dependências da Biblioteca, queimando cerca de 500.000 rolos.

Em 640 d.C., o califa Omar ordenou que fossem queimados todos os livros da Biblioteca, utilizando o seguinte o argumento: "ou os livros contêm o que está no Alcorão e são desnecessários ou contêm o oposto e não devemos lê-los."

A destruição da Biblioteca de Alexandria talvez tenha representado o maior crime contra o saber em toda a história da humanidade.

Se vivemos hoje a era do conhecimento é porque nos alçamos em ombros de gigantes do passado. A Internet representa um poderoso agente de transformação do nosso *modus vivendi et operandi*.

É um marco histórico, um dos maiores fenômenos de comunicação e uma das mais democráticas formas de acesso ao saber e à pesquisa. Mas, como toda inovação, a Internet tem potencial cuja dimensão não deve ser superdimensionada. Seu conteúdo é fragmentado, desordenado e, além disso, cerca de metade de seus *bites* é descartável.

Jacir J. Venturi. Internet: www.geometriaanalitica.com.br (com adaptações).

26. **(ANTAQ – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** Nesse texto, que pode ser classificado como artigo de opinião, identificam-se trechos narrativos e dissertativos.

Comentário: está correto dizer que o texto é um artigo de opinião e que traz trechos narrativos e dissertativos. Vamos entender o seguinte: artigo de opinião é um gênero textual predominantemente de tipo dissertativo (pelo seu caráter opinativo), mas isso não quer dizer que possa haver nele características de outro tipo textual, como o narrativo (o que ocorreu no texto em questão). Muitas vezes, um texto dissertativo conter trechos narrativos é uma estratégia de persuasão!

Até o quarto parágrafo do texto, o autor nos trouxe (narrativamente) o conhecimento da biblioteca de Alexandria e do incêndio que destruiu certa de 500.000 rolos de papiros e pergaminhos. A partir do quinto parágrafo, fica clara a opinião (tese) do autor (parte dissertativa) sobre a era do conhecimento em que vivemos.

GABARITO: CERTO

O homem habita a Amazônia há mais de 11.000 anos. No entanto, foi só no século XVI que o rio Amazonas foi navegado pela primeira vez, pelo explorador e conquistador espanhol Don Francisco de Orellana (1511-1546). Em busca de vastas florestas de canela e da lendária cidade do ouro El Dorado, Orellana deixou Quito, no Equador, em fevereiro de 1541. Não encontrou nem canela nem ouro, e, sim, o maior rio da Terra. O explorador batizou o rio "recém-descoberto" de rio de Orellana. Tal nome depois seria abandonado em troca do nome rio Amazonas, inspirado na mítica tribo de guerreiras.

Passaram-se muitos anos até a Amazônia receber uma nova expedição — a primeira a subir o rio inteiro. Entre 1637 e 1638, as primeiras informações detalhadas sobre a região, sua história natural e seu povo foram registradas pelo Padre Cristóvão de Acuña, que viajou como membro de uma grande expedição comandada pelo general português Pedro Teixeira. Ele registrou dados de impressionante precisão acerca da extensão e do tamanho do rio Amazonas, e da topografia de seu curso, com descrições detalhadas das áreas de floresta inundada ao longo do rio, da fauna aquática, dos sistemas agrícolas e das plantações dos povos indígenas.

Internet: <www.wwf.org> (com adaptações).

27. **(SUFRAMA – 2014 – Nível Superior - CESPE)** Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o trecho "Não encontrou nem canela nem ouro, e, sim, o maior rio da Terra" (l.7-8) poderia ser assim reescrito: Não encontrou canela nem ouro, mas o maior rio da Terra.

Comentário: a alteração proposta pelo enunciado está perfeita. O "e", que normalmente é uma conjunção aditiva, foi usado com valor adversativo, por isso, a troca dele pela conjunção "mas" está adequada. A reescrita propôs a elipse do primeiro "nem" do trecho original e isso não alterou o sentido.

GABARITO: CERTO

as pessoas são naturalmente perversas, o melhor que podemos esperar é uma trégua precária, mantida graças à polícia e ao exército. As duas teorias também têm, por conseguinte, implicações para a vida privada.

Steven Pinker. **Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 24-8 (com adaptações).

28. **(STF – 2013 – Analista Judiciário – CESPE)** Em parágrafos com mais de um período, é no período inicial que se apresenta o assunto a ser desenvolvido, de forma que, se forem agrupados os primeiros ou o único período de cada parágrafo, na ordem em que aparecem no texto, será obtido, grosso modo, um panorama de sua estrutura argumentativa.

Comentário: a afirmação do enunciado traz a teoria perfeita de como um texto argumentativo-dissertativo deve ser para que esteja bem construído. No período inicial temos o assunto que deverá ser desenvolvido, o que chamamos de ***tópico frasal*** *ou simplesmente a* ***tese*** *a ser defendida pelo autor. Se forem agrupados o primeiro período de cada parágrafo de um texto argumentativo-dissertativo bem construído, teremos um resumo da estrutura argumentativa dele.*

O interessante dessa questão é que, se o aluno ainda não tiver lido o texto, não precisará lê-lo!! Pois o que temos no enunciado é teoria pura! Não precisa voltar ao texto para confirmar, pois não está afirmando que tal estrutura se encontra nele!

GABARITO: CERTO

Balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) aponta redução de 39% nos casos de roubo com restrição de liberdade, o famoso sequestro-relâmpago, ocorridos entre 1.º de janeiro e 31 de agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado — foram 520 ocorrências em 2012 e 316 em 2013.

Em agosto deste ano, foram registrados 39 casos de sequestro-relâmpago em todo o DF, o que representa redução de 32% do número de ocorrências dessa natureza criminal em relação ao mesmo mês de 2012, período em que 57 casos foram registrados. Entre as 39 vítimas, 11 foram abordadas no Plano Piloto, região que lidera a classificação de casos, seguida pela região administrativa de Taguatinga, com oito ocorrências. Segundo a SSP, o cenário é diferente daquele do mês de julho, em que Ceilândia e Gama tinham o maior número de casos. "38% dos crimes foram cometidos nos fins de semana, no período da noite, e quase 70% das vítimas eram do sexo masculino, o que mostra que a escolha da vítima é baseada no princípio da oportunidade e aleatória, não em função do gênero."

Ao todo, 82% das vítimas (32 pessoas) estavam sozinhas no momento da abordagem dos bandidos, por isso as forças de segurança recomendam que as pessoas tomem alguns cuidados, entre os quais, não estacionar em locais escuros e distantes, não ficar dentro de carros estacionados e redobrar a atenção ao sair de residências, centros comerciais e outros locais.

DF registra 316 ocorrências de sequestro-relâmpago nos primeiros oito meses deste ano. R7, 6/9/2013. Internet: <http://noticias.r7.com> (com adaptações).

29. **(PC-DF – 2013 – Agente de Polícia – CESPE)** O texto, predominantemente informativo, refuta a ideia de que os alvos preferenciais dos autores de sequestros-relâmpago seriam do sexo feminino.

Comentário: alunos, percebam que o texto informa que grande parte dos sequestrados são homens, refutando assim a ideia de que o alvo preferido dos sequestradores são as mulheres. Chagamos a conclusão, então, que a escolha do

*sequestrado **não** está diretamente ligado ao gênero. Confirma-se tais informações nas linhas 18-21.*

Refutar = negar, dizer o oposto, contestar, contradizer.

GABARITO: CERTO

Os depósitos de ferro de Carajás

Os enormes depósitos de ferro da Serra dos Carajás são associados à sequência vulcanossedimentar do Grupo Grão-Pará descrita inicialmente por Tolbert *et al.* (1971) e Beisiegel *et al.* (1973) como constituída de três unidades: unidade vulcânica máfica inferior, denominada formação Parauapebas; unidade de jaspilitos intermediária, denominada formação Carajás; e unidade vulcânica máfica superior. *Sills* e diques de rochas máficas a intermediárias são intrusivos nas três unidades definidas. Ao longo da Serra dos Carajás, o grupo Grão-Pará é dividido em três segmentos: Serra Norte, Serra Leste e Serra Sul, onde o grau de metamorfismo varia sensivelmente, sendo nitidamente mais elevado na Serra Sul. Neste último segmento, a influência da zona de cisalhamento de alto ângulo provocou a completa recristalização dos jaspilitos, o que conduziu à formação de verdadeiros itabiritos. O desenvolvimento atual da mineração a céu aberto do enorme depósito de ferro de Carajás interessa principalmente no que se refere aos corpos N4 e N8, nos quais o metamorfismo é ausente e limitado a zonas de cisalhamento locais. Nessas áreas, o protominério é constituído por uma camada de jaspilitos, com espessura entre 100 m e 400 m, totalmente preservados, que foram descritos por Meirelles (1986) e Meirelles e Dardenne (1993).

Marcel Auguste Dardenne e Carlos Schobbenhaus. **Depósitos minerais no tempo geológico e épocas metalogenéticas**. *In*: L. A. Bizzi, C. Schobbenhaus, R. M. Vidotti e J. H. Gonçalves. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. CPRM, Brasília, 2003, p. 376 (com adaptações).

30. **(CPRM – 2013 – Analista em geociências – CESPE)** O caráter descritivo do texto e o emprego de linguagem excessivamente técnica tornam a sua leitura inacessível ao público a que esse gênero textual se destina.

Comentário: o que se afirma no enunciado está incorreto, pois o público ao qual o texto se destina é um público específico, voltado para o estudo de Geociências. Por tanto, a linguagem é, sim, adequada ao público leitor.

GABARITO: ERRADO

Um dos principais desafios para o Brasil é conhecer a Amazônia. Sua vocação eminentemente hídrica impõe, ao longo dos séculos, a necessidade do deslocamento de seus habitantes através dos rios. Muito antes da chegada dos colonizadores na Amazônia, os nativos já utilizavam canoas. Ainda hoje, grande parte da população amazônica vive da pesca. Além disso, o deslocamento do ribeirinho se faz através da infinidade de rios que retalham a grandeza territorial.

Mas para conhecer a Amazônia de verdade é preciso entender sua posição estratégica para o país. Os rios são a chave para esse conhecimento. São as estradas que a natureza construiu e em cujas margens se desenvolveram inúmeras povoações. Portanto, é impossível pensar em Amazônia sem associar a importância que os rios têm para o desenvolvimento econômico e social. Eles devem ser vistos como os grandes propulsores do desenvolvimento sustentável da região.

31. **(ANTAQ – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** Predomina no texto a narração, já que nele se identificam um cenário e uma ação.

Comentário: o texto tem natureza dissertativa com inclinação argumentativa. Observa-se marcas de opinião do autor no segundo parágrafo, como o "de verdade", no linha 9, com intenção de persuadir o leitor a pensar como ele. Não há um enredo, uma história, personagens para que o texto seja narrativo.

GABARITO: ERRADO

Nos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorrido na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, e a queda das taxas de fecundidade proporcionou o aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 60 do século passado, nos Estados Unidos da América e na Europa, chegou às nossas terras e fez ressurgir o movimento feminista nacional, aumentando a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Esse sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, visto que proporcionou alterações na formação da identidade feminina. A redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

Internet: <www.mte.gov.br> (com adaptações).

32. (MTE – 2014 – Agente Administrativo – CESPE) O texto pode ser classificado como narrativo, por apresentar a história da inserção das mulheres na força de trabalho.

*Comentário: para ser um texto narrativo, é preciso que se conte uma história com a combinação de personagens em tempo e espaço específicos. Na verdade, não é isso que temos no texto, mas uma **tese** que está sendo fundamentada! Observe o seguinte trecho do texto: "esse contínuo crescimento da participação feminina **é explicado** por uma combinação de fatores econômicos e culturais" (l. 3 – 5). Os fatores serão usados para explicar o crescimento da participação feminina, não serão narrados! Temos dados, fatos no decorrer do texto para fundamentar a tese proposta.*

GABARITO: ERRADO

Durante os primeiros minutos, Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até o Largo da Carioca. No Largo parou alguns instantes, enfiou depois pela Rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na Rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no Largo de S. Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um Café. Pediu alguma cousa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achasse. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida? Eis o ponto. A consciência acabou por lhe dizer que não podia, que devia levar a carteira à polícia, ou anunciá-la; mas tão depressa acabava de lhe dizer isto, vinham os apuros da ocasião, e puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira. Chegavam mesmo a dizer-lhe que, se fosse ele que a tivesse perdido, ninguém iria entregar-lha; insinuação que lhe deu ânimo.

Machado de Assis. **A carteira**. *In:* **Obra completa de Machado de Assis**, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

33. **(MTE – 2014 – Agente Administrativo – CESPE)** Por tratar de um conflito interior acerca da ética e da moral, o trecho acima é predominantemente dissertativo.

( ) CERTO
( ) ERRADO

Comentário: um texto dissertativo é caracterizado por apresentar e defender uma tese usando de argumentações. O que temos no texto em questão NÃO é uma tese a ser

desenvolvida, mas o fato de um personagem que encontrou uma carteira e está pensando no que fazer com ela. Existe um conflito interior sim, mas o texto é narrativo.

GABARITO: ERRADO

Existem várias formas de punição para aqueles que pratiquem assédio moral, podendo essa punição recair tanto no assediador, quanto na empresa empregadora que não coiba, ou que até mesmo incentive o assédio, como ocorre, por exemplo, no caso do assédio moral organizacional, decorrente de políticas corporativas.

O empregador responde pelos danos morais causados à vítima que tenha sofrido assédio em seu estabelecimento, nos termos do artigo 932 do Código Civil. Em caso de condenação, cabe à justiça do trabalho fixar um valor de indenização, com o objetivo de reparar o dano.

O assediador, por sua vez, poderá ser responsabilizado em diferentes esferas: na penal, estará sujeito à condenação por crimes de injúria e difamação, constrangimento e ameaça (artigos 139, 140, 146 e 147 do Código Penal); na trabalhista, correrá o risco de ser dispensado por justa causa (artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho) e ainda por mau procedimento e ato lesivo à honra e à boa fama de qualquer pessoa; por fim, na esfera cível, poderá sofrer ação regressiva, movida pelo empregador que for condenado na justiça do trabalho ao pagamento de indenização por danos morais, em virtude de atos cometidos pelo empregado.

Internet: (com adaptações).

34. **(TRT - 17ª Região (ES) – 2013 – Analista Judiciário)** O texto classifica-se como expositivo, visto que, nele, é defendida, com base em argumentos, a punição daqueles que pratiquem assédio moral.

*Comentário: na questão em análise, o enunciado considera o texto como **expositivo**. Esse tipo de texto caracteriza-se por apresentar informações sobre um objeto ou um fato específico. Se o tema for polêmico, ele pode apresentar argumentos, de modo a ampliar o conhecimento do leitor sobre o tema em questão. Realmente o texto é expositivo, com base em argumentos. O erro da questão está em afirmar que há defesa da punição daqueles que praticam assédio moral. Na verdade, um texto expositivo não defende, não toma uma posição sobre um determinado assunto. Ele apenas apresenta e expõe o tema, baseado em argumentos ou não.*

GABARITO: ERRADO

Há um dispositivo no Código Civil que condiciona a edição de biografias à autorização do biografado ou descendentes. As consequências da norma são negativas. Uma delas é a impossibilidade de se registrar e deixar para a posteridade a vida de personagens importantes na formação do país, em qualquer ramo de atividade. Permite-se a interdição de registros de época, em prejuízo dos historiadores e pesquisadores do futuro.

Dessa forma, tem sido sonegado, por exemplo, o relato da vida do poeta Manoel Bandeira e dos escritores Mário de Andrade e Guimarães Rosa. Tanto no jornalismo quanto na literatura não pode haver censura prévia. Publicada a reportagem (ou biografia), os que se sentirem atingidos que recorram à justiça. É preciso seguir o padrão existente em muitos países, em que há biografias "autorizadas" e "não autorizadas".

Reclamações posteriores, quando existem, são encaminhadas ao foro devido, os tribunais.

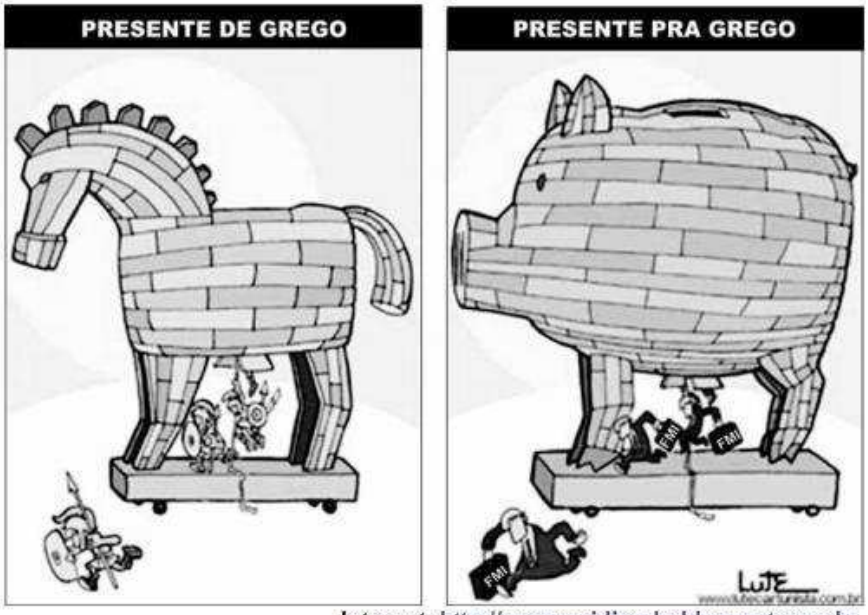
O alegado "direito à privacidade" é argumento frágil para justificar o veto a que a historiografia do país seja enriquecida, como se não bastasse o fato de o poder de censura concedido a biografados e herdeiros ser um atentado à Constituição.

O Globo, 23/9/2013 (com adaptações).

35. **(MPU – 2013 – TI e Comunicação – CESPE)** Dada a apresentação de fatos, acontecimentos e personagens, o texto é predominantemente narrativo.

Comentário: O texto não é narrativo justamente por não apresentar personagens, que é um elemento essencial de qualquer narrativa. Ele é dissertativo-argumentativo, pois pretende apresentar e convencer o leitor sobre o tema tratado com base em argumentos.

GABARITO: ERRADO



Internet: http://economidiando.blogspot.com.br.

36. **(BACEN – 2013 – Técnico – Segurança institucional – CESPE)** O texto constrói-se com base na sátira.

Comentário: alunos, a sátira é um tipo de texto que ridiculariza fatos ou pessoas, dependendo sempre do contexto ao qual estão inseridos. Podemos dizer que é uma forma irônica de ver os fatos, muitas vezes até agressiva. No caso da imagem em questão, a sátira é referente à crise econômica ao qual a Grécia enfrentou (e enfrenta) nos últimos anos. O porco representa popularmente a economia, a sátira está justamente na saída dos representantes do FMI da barriga do animal, voltados para a economia mundial.

GABARITO: CERTO

Ex-presidiário, condenado a mais de cem anos de prisão por assalto à mão armada e homicídio, Luiz Alberto Mendes Júnior teve uma vida que renderia um belo filme de ação. Mas o protagonista decidiu tomar outro rumo: dedicou-se à literatura e hoje é um autor de sucesso. Luiz Alberto Mendes Júnior cumpriu 31 anos e 10 meses de prisão. Dentro da penitenciária, aprendeu a ler e a escrever. Trabalhou na escola da penitenciária e alfabetizou mais de 500 presos. Fez vestibular para direito na PUC de São Paulo. Passou. E mudou de vida. Hoje, conquistada a liberdade, Luiz Alberto já lançou três livros e assina uma coluna na revista **Trip**, além de fazer palestras pelo Brasil afora. É autor de **Memórias de um Sobrevivente** (2001, um relato de seu tempo na cadeia), **Tesão e Prazer: Memórias Eróticas de um Prisioneiro** (2004, também autobiográfico) e **Às Cegas** (2005, que conta o período dos estudos na PUC e as primeiras tentativas literárias). No esforço de compreender os caminhos de sua vida, o escritor transforma a matéria bruta da memória e cria narrativas que valem cada minuto da atenção dos leitores. Em suas palestras, fala sobre "a literatura como salvação pessoal", conta um pouco da sua vida atrás das grades e explica a mudança que o livro promoveu em sua vida.

Internet: <www.bienaldobrasildolivro.com.br> (com adaptações).

37. **(DEPEN - 2013 – Técnico de Apoio – CESPE)** Trata-se de texto informativo em que há trechos narrativos.

Comentário: observe o seguinte trecho do texto: "Luís Alberto Mendes Junior cumpriu 31 anos e 10 meses de prisão. Dentro da penitenciária aprendeu a ler e a escrever. Trabalhou na escola e alfabetizou mais de quinhentos presos..." (l. 5 – 7). O texto está trazendo informações sobre a vida de Luís Alberto, mas, dentro das informações que estão

sendo trazidas, há um momento em que o autor faz uma narração, o que se observa no trecho transcrito aqui neste comentário. É, portanto, um texto informativo, já que é um texto de jornal, mas contém fragmentos de narração, o que é próprio da notícia.

GABARITO: CERTO

De início, não existiam direitos, mas poderes. Desde que o homem pôde vingar a ofensa a ele dirigida e verificou que tal vingança o satisfazia e atemorizava a reincidência, só deixou de exercer sua força perante uma força maior. Noentanto, como acontece muitas vezes no domínio biológico, a reação começou a ultrapassar de muito a ação que a provocara. Os fracos uniram-se; e foi então que começou propriamente a incursão do consciente e do raciocínio no mecanismo social, ou melhor, foi aí que começou a sociedade propriamente dita. Fracos unidos não deixam de constituir uma força. E os fracos, os primeiros ladinos e sofistas, os primeiros *inteligentes* da história da humanidade, procuraram submeter aquelas relações até então naturais, biológicas e necessárias, ao domínio do pensamento. Surgiu, como defesa, a ideia de que, apesar de não terem *força*, tinham *direitos*. Novas noções de Justiça, Caridade, Igualdade e Dever foram se insinuando naquele grupo primitivo, instiladas pelos que delas necessitavam, tão certo como o é o fato de os primeiros remédios terem sido inventados pelos doentes. No espírito do homem, foi se formando a correspondente daquela revolta: um superego mais ou menos forte, que daí em diante regeria e fiscalizaria as relações do novo homem com os seus semelhantes, impedindo-lhe a perpetração de atosconsiderados por todos como proibidos. (...) Na resolução de seus litígios, não mais aparecia o mais forte e musculoso diante do menos poderoso pelo próprio nascimento e natureza. Igualados pelas mesmas condições, afrouxados na sua agressividade de animal pelo nascimento do superego, fizeram uma espécie de tratado de paz, as *leis*, pelas quais os interesses e os "proibidos" não seriam violados reciprocamente, sob a garantia de uma punição por parte da coletividade.

Clarice Lispector. **Observações sobre o fundamento do direito de punir**. *In*: Aparecida Maria Nunes (Org.). **Clarice na cabeceira**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 57-8 (com adaptações).

38. **(TJ/DF – 2013 – Analista Judiciário – CESPE)** O texto tem caráter predominantemente dissertativo e argumentativo, embora nele possam ser identificados trechos que remetam ao tipo narrativo.

Comentário: trata-se sim de uma defesa de tese, é um texto dissertativo-argumentativo. Há momentos ***narrativos*** *no texto que servem para ratificar, defender, confirmar a tese, estratégia comum para envolver e persuadir o leitor. Confirma-se o exposto nas linhas 7, 8, 9 e 10.*

GABARITO: CERTO

A ideia de solidariedade acompanha, desde os primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é

um ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência social das ações humanas, do coexistir e do conviver comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância. Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto, corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz. Estado social e princípio da solidariedade. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n.o 3, p. 31-48, jul.-dez./2008. Internet: <www.fdv.br> (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **Estado social e princípio da solidariedade**,

39. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** os animais e os deuses podem viver isoladamente, sem participação em uma comunidade, mas não os seres humanos.

Comentário: o item está correto. Segundo o texto, os seres humanos são sociáveis, mais do que isso, necessitam, por uma característica inata, viverem em sociedade. Os animais e os deuses são os únicos seres que conseguem viver isoladamente.

GABARITO: CERTO

40. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** o fato de as ações sociais de cada indivíduo incidirem sobre todos os demais membros da comunidade ratifica a dimensão ética da solidariedade, conquanto o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações configure-se como uma necessidade.

Comentário: trata-se de uma questão típica de interpretação textual. Pelo seguinte trecho "Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento" entende-se o item como CORRETO, embora a banca tenha dado como ERRADO. Quem achar que vale à pena recurso, eis uma oportunidade.

GABARITO: ERRADO

41. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade contribuem para que a solidariedade não fique restrita a ações locais e(ou) eventuais.

Comentário: confirma-se o item como CORRETO pelo trecho: "Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade".

GABARITO: CERTO

42. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** a solidariedade é uma característica inata dos seres humanos.

*Comentário: não é a **solidariedade** característica inata dos seres humanos, mas a condição de fazer parte do **corpo social**, viver em **sociedade**.*

GABARITO: ERRADO

A história da responsabilidade civil entrelaça-se com a história da sanção. O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa praticada.

No período pré-romano da história ocidental, a sanção tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim Lex Talionis — Lex significando lei e Talionis, tal qual ou igual. É de onde se extraiu a máxima "Olho por olho, dente por dente", encontrada, inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato da mesma espécie da que o ofensor praticou contra

ele, a Lex Talionis, em verdade, representou grande avanço, pois, da vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado.

Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria; por outro lado, fosse a ofensa apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos. In: Renata F. de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). Direitos humanos: um debate contemporâneo. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012,

Julgue os seguintes itens com base nas ideias veiculadas no texto **Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos.**

43. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** A diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que, nesta, a punição ao ofensor é proporcional ao dano por ele causado.

Comentário: item correto, como é possível constatar pelo trecho "Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado."

GABARITO: CERTO

44. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** Para certos povos, os deuses ou os espíritos impunham castigos, por meio de fenômenos da natureza, aos homens que atentassem contra as leis da natureza.

Comentário: observe o trecho "O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) ***a fenômenos da natureza caráter punitivo****, cominado por espíritos ou deuses". Vejam que não foi especificado que que o castigo viria para os homens que atentassem contra as leis da natureza.*

GABARITO: ERRADO

45. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** A menção à Bíblia, no final do segundo parágrafo, reforça a defesa da Lei do Talião, a qual se encontra implicitamente presente no texto.

Comentário: a Lei do Talião não está implícita no texto, ao contrário, está explícita!

GABARITO: ERRADO.

46. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** No mundo atual, a ideia de justiça privada prevalece nos países democráticos.

Comentário: o texto não especificou que a justiça privada prevalece apenas nos países democráticos, usou apenas o termo "hoje", representando o tempo atual.

GABARITO: ERRADO

O conceito de planejamento surgiu no final do século

O conceito de planejamento surgiu no final do século XIX, na Inglaterra, como um conceito vinculado ao planejamento de cidades. Data dessa época, por exemplo, o conceito de "cidade-jardim" (Howard, 1902), segundo o qual se poderia planejar uma cidade, distribuindo-se espacialmente suas funções, a fim de tornar o espaço mais agradável a todos.

Esse conceito gerou forte impacto na área de urbanismo do século passado, com o aparecimento de várias cidades-jardim ao redor do mundo. Até essa época, planejamento era função estritamente técnica do urbanista ou do arquiteto, considerados uma espécie de visionários. Com a criação da União Soviética, no início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu: o planejamento econômico centralizado. Sob essa ótica, o Estado teria completo controle sobre os recursos e os distribuiria de acordo com planos e metas determinados por políticos ou burocratas. Já a partir da década de 70 do século passado, o conceito de planejamento não era mais tão visto como um instrumento técnico e, sim, como um instrumento político capaz de moldar e de articular os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas. O planejador deveria ser o mediador dos interesses da sociedade no processo, e o resultado final deveria ser encontrado preferivelmente em consenso.

José Antônio Puppim de Oliveira. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do texto anterior — Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas —, julgue os próximos itens.

47. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Infere-se do texto que o conceito de planejamento sempre esteve relacionado à construção de cidades planejadas.

Comentário: a afirmação está errada, pois o autor do texto começa citando outra forma de planejamento vinculado ao planejamento de cidades.

GABARITO: ERRADO.

48. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, seu segundo período poderia ser assim reescrito: O conceito de cidade-jardim, por exemplo, proposto por Howard (1902), data dessa época. De acordo com esse conceito, uma cidade poderia ser planejada por meio da distribuição espacial de suas funções, com a finalidade de tornar o espaço mais aprazível para as pessoas.

Comentário: texto original:

"Data dessa época, por exemplo, o conceito de "cidade-jardim" (Howard, 1902), segundo o qual se poderia planejar uma cidade, distribuindo-se espacialmente suas funções, a fim de tornar o espaço mais agradável a todos".

Reescrita: O conceito de cidade-jardim, por exemplo, proposto por Howard (1902), data dessa época. De acordo com esse conceito, uma cidade poderia ser planejada por meio da distribuição espacial de suas funções, com a finalidade de tornar o espaço mais aprazível para as pessoas.

A reescrita NÃO fere a correção gramaticas nem o sentido do texto, uma vez que "a fim de" expressa finalidade assim como "com a finalidade de" e "agradável" é sinônimo de "aprazível".

GABARITO: CERTO.

49. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho "Com a criação (...) apareceu" (l. 11 a 13) fosse assim reescrito: No início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu, relacionada a criação da União Soviética.

Comentário: relendo o trecho original, temos:

"Com a criação da União Soviética, no início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu: o planejamento econômico centralizado".

A banca propõe a seguinte reescrita:

No início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu, relacionada a criação da União Soviética.

Temos um erro de uso da crase na reescrita. O termo "relacionar" exige uso da preposição "a", que forma a crase com o artigo "a" da palavra feminina "criação", assim:

*relacionada **à** criação da União Soviética. Portanto, a correção gramatical do texto NÃO foi mantida.*
GABARITO: ERRADO.

50. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Depreende-se do texto que, após 1970, o Estado planejador passou a agir, considerando como premissa o fato de que a técnica propicia o consenso necessário à consecução de políticas públicas.

Comentário: sabendo que "premissa" significa uma proposição lógica, um fato inicial a partir do qual se inicia um raciocínio ou um estudo, podemos dizer que a afirmação está errada, pois a técnica não propicia inicialmente o consenso necessário, isso não é uma premissa, o consenso deverá vir depois da mediação feita pelo planejador, vejam:

"O planejador deveria ser o mediador dos interesses da sociedade no processo, e o resultado final deveria ser encontrado preferivelmente em consenso".

GABARITO: ERRADO.

É curioso notar que a ideia de porto está presente nas sociedades humanas desde o aparecimento das cidades. Isso porque uma das características das primeiras estruturas urbanas existentes na região do Oriente Próximo foi a presença do porto.

As primeiras cidades, no sentido moderno, surgiram no período compreendido entre 3.100 e 2.900 a.C., na Mesopotâmia, civilização situada às margens dos rios Tigre e Eufrates. A estrutura desses primeiros agrupamentos urbanos era tripartite: a cidade propriamente dita, cercada por muralhas, onde ficavam os principais locais de culto e as células dos futuros palácios reais; uma espécie de subúrbio, extramuros, local que agrupava residências e instalações para criação de animais e plantio; e o porto fluvial, espaço destinado à prática do comércio e que era utilizado como local de instalação dos estrangeiros, cuja admissão, em regra, era vedada nos muros da cidade.

Não se trata, portanto, de uma criação aleatória apenas vinculada à atividade comercial. O porto aparece como mais um elemento de uma forte mudança civilizacional que marcou o contexto do surgimento das cidades e da escrita. O comportamento fundamental dessa mudança localiza-se no aumento das possibilidades do agir humano, na diversificação dos papéis sociais e na abertura para o futuro. Houve, em resumo, uma ampliação no grau de complexidade da sociedade.

51. **(EMAP – 2018 – Conhecimentos básicos – 2018)** A palavra "tripartite" (l.10) poderia ser substituída por tripartida, sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto.

Comentário: guiando-se pelo que vem após o termo "tripartite", fica claro que a divisão dos agrupamentos urbanos era feita em três partes. Dessa forma, é sim adequado o uso do sinônimo "tripartida".
GABARITO: ERRADO

A crescente internacionalização da economia, decorrente, principalmente, da redução de barreiras ao comércio mundial, da maior velocidade das inovações tecnológicas e dos grandes avanços nas comunicações, tem exigido mudanças efetivas na atuação do comércio internacional.

A abordagem desse tipo de comércio, inevitavelmente, passa pela concorrência, visto que é por meio da garantia e da possibilidade de entrar no mercado internacional, de estabelecer permanência ou de engendrar saída, que se consubstancia a plena expansão das atividades comerciais e se alcança o resultado último dessa interatuação: o preço eficiente dos bens e serviços.

Defesa da concorrência e defesa comercial são instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia. Destaca-se como a principal diferença o efeito que cada instrumento busca neutralizar.

A política de defesa da concorrência busca preservar o ambiente competitivo e coibir condutas desleais advindas do exercício de poder de mercado. A política de defesa comercial busca proteger a indústria nacional de práticas desleais de comércio internacional.

52. **(EMAP – 2018 – Conhecimentos básicos – 2018)** Depreende-se dos sentidos do texto que a palavra "concorrência" (l.8) foi empregada no sentido de concordância, já que apenas será possível a realização das "mudanças efetivas" mencionadas no primeiro parágrafo se os atores do comércio internacional buscarem um fim comum.
Comentário: uma vez que a autora do texto aborda assuntos relacionados à concorrência, à disputa, à rivalidade no comércio e na economia, chegamos à conclusão de que nada tem a ver com "concordância".
Gabarito: ERRADO.

Texto CG2A1AAA

O acesso à educação é fundamental para que todos possam intervir de modo consciente na esfera pública, participar plenamente da vida cultural e contribuir com seu trabalho para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida da sociedade. Entretanto, em pleno século XXI, o Brasil ainda possui um enorme contingente de cidadãos privados do mais elementar direito: a educação. O censo demográfico de 2010 contabilizou 13,9 milhões de jovens e adultos com idade superior a quinze anos que declararam não saber ler ou escrever.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou uma consciência social do direito à educação na infância, mas ainda não construiu uma cultura do direito à educação ao longo de toda a vida. Assim, é comum que pais com baixa escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito que lhes foi violado. Entretanto, não é raro que pessoas com escolaridade elevada permaneçam alheias ao fato de que estão cercadas por adultos que a pobreza e o trabalho precoce afastaram da escola, ou que têm precário manejo da leitura, da escrita e do cálculo matemático.

53. **(IFF – 2018 – Cespe)** No texto CG2A1AAA, a expressão "alheias ao fato" (ℓ.18) foi empregada com o sentido de

a) atentas ao fato.
b) indiferentes ao fato.
c) responsáveis pelo fato.
d) entristecidas com o fato.
e) preocupadas com o fato.

Comentário: a expressão "alheias ao fato" indica estar indiferente a algo. "Alheio" é aquilo que está por fora, é indiferente por falta de conhecimento.

Gabarito: B

Texto CB2A1BBB

Um estudo de pesquisadores da Universidade da Califórnia acrescentou mais itens ao vasto repertório de problemas trazidos pelo consumo de açúcar: além de aumentar os riscos de doenças como o diabetes do tipo 2, ele também pode atrapalhar o aprendizado e a memória.

O potencial danoso do açúcar pode ter origem no fato de que ele é um ingrediente recente na dieta humana. Ao longo da história, o homem obteve quantidades limitadas desse alimento, por meio de frutas ou mel. O consumo anual, no final do século XIX, por exemplo, era de apenas dois quilos por pessoa. Atualmente, é de 37 quilos, segundo Michel Raymond, pesquisador do Instituto de Ciências Evolutivas da Universidade de Montpellier, na França.

Essa mudança drástica não deixou o organismo humano ileso. Estudos mostram que o açúcar, por alterar alguns tecidos humanos durante a fase de crescimento, pode ser o responsável por problemas que vão de miopia e acne até o câncer. Segundo a Associação Americana do Coração, o açúcar pode causar, ainda, problemas metabólicos, como diabetes, hipertensão e aumento do colesterol ruim.

Internet: <https://veja.abril.com.br> (com adaptações)

54. **(EBSERH – 2018 – Cespe)** A correção e a coerência do texto seriam mantidas caso o termo "ileso" (ℓ.15) fosse substituído por incólume.

Comentário: questão comum em provas do CESPE e um pouco "sacana", já que não podemos usar dicionário. A saber, ***ileso*** *é o mesmo que Sem lesões ou ferimentos: indene, inatingido,* ***incólume****, intacto, íntegro, inteiro, invulnerado, salvo, são. Sendo assim, a afirmação está correta.*
Gabarito: CERTA

Texto 6A2AAA

Entramos na liça ao nascer; dela saímos ao morrer. De que vale aprender a conduzir melhor seu carro quando se está no fim do percurso? Só resta pensar então em como abandoná-lo. O estudo de um Velho, se ainda lhe resta a fazer, é unicamente o de aprender a morrer e é precisamente o que menos se faz na minha idade, pensa-se em tudo, menos nisso. Todos os velhos dão mais apreço à vida do que as crianças e a deixam com maior má vontade do que os jovens. É que, como todos os seus trabalhos tiveram essa mesma vida por objetivo, veem, no final, que perderam seus esforços. Todos os seus cuidados, todos os seus bens, todos os frutos de suas laboriosas vigílias, tudo deixam quando se vão. Não pensaram em adquirir alguma coisa, durante a vida, que possam levar com a morte.

Disse tudo isso a mim mesmo quando era tempo de mo dizer, e, se não soube tirar melhor partido de minhas reflexões, não foi por não as ter feito a tempo e por não as ter bem amadurecido. Lançado, desde a infância, no torvelinho da sociedade, aprendi cedo, por experiência, que não era feito para viver nela, onde nunca conseguiria chegar ao estado de que meu coração precisava. Cessando, portanto, de procurar entre os homens a felicidade que sentia não poder encontrar, minha ardente imaginação já saltava por cima da recém-iniciada época de minha vida, como sobre um terreno desconhecido, para descansar em uma situação tranquila em que me pudesse fixar.

Jean Jacques Rousseau. **Terceira caminhada**. *In*: Jean Jacques Rousseau. **Os devaneios do caminhante solitário**. Organização e tradução de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da UnB, 1991, p. 16 (com adaptações).

55. (STM – 2018 – Analista Judiciário – Cespe) A substituição do trecho "bem amadurecido" (ℓ.17) por assaz amadurecidas preservaria a correção gramatical do texto, apesar de interromper estrutura com paralelismo sintático.

Comentário: a alteração é totalmente possível, embora altere o paralelismo sintático. No trecho original, "bem amadurecido" faz referência ao narrador, já "assaz amadurecidas" faz referência a "reflexões", termo retomado pelo pronome "as".
Gabarito: CERTA

LISTA DE QUESTÕES

De acordo com uma lista da International Union for the Conservation of Nature, o Brasil é o país com o maior número de espécies de aves ameaçadas de extinção, com um total de 123 espécies sofrendo risco real de desaparecer da natureza em um futuro não tão distante. A Mata Atlântica concentra cerca de 80% de todas as aves ameaçadas no país, fato que resulta de muitos anos de exploração e desmatamentos. Atualmente, restam apenas cerca de 10% da floresta original, não sendo homogênea essa proporção de floresta remanescente ao longo de toda a Mata Atlântica. A situação é mais séria na região Nordeste, especialmente nos estados de Alagoas e Pernambuco, onde a maior parte da floresta original foi substituída por plantações de cana-de-açúcar. É nessa região que ainda podem ser encontrados os últimos exemplares das aves mais raras em todo o país, como o criticamente ameaçado limpa-folha-do-nordeste (*Philydor novaesi*). Essa pequena ave de dezoito centímetros vive no estrato médio e dossel de florestas bem conservadas e ricas em bromélias, onde procura artrópodes dos quais se alimenta. Atualmente, as duas únicas localidades onde a espécie pode ser encontrada são a Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, e a Serra do Urubu, em Pernambuco.

Pedro F. Develey et al. **O Brasil e suas aves**. In: Scientific American Brasil, 2013 (com adaptações).

01. **(ICMBio – 2014 – Analista Administrativo – CESPE/UnB)** Nas sequências “toda a Mata Atlântica” e “todo o país”, os artigos definidos “a” e “o” são opcionais, podendo ser suprimidos sem que haja prejuízo à correção gramatical e à significação dos períodos de que fazem parte.

Texto base para as duas próximas questões.

As tendências que levaram D. Pedro II a querer dissimular o imenso poderio de que efetivamente dispunha e, é bom dizê-lo, que não lhe é regateado pela Constituição, faziam que fosse buscar, para ministros, aqueles que pareciam mais dóceis à sua vontade, ou que esperava poder submeter algum dia às decisões firmes, ainda que tácitas, da Coroa. Se não se recusa, conforme as circunstâncias, a pôr em uso algumas regras do

parlamentarismo, jamais concordará em aceitar as que lhe retirariam a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros de Estado para confiá-la a uma eventual maioria parlamentar. E se afeta ceder nesse ponto, é que há coincidência entre sua vontade e a da maioria, ao menos no que diz respeito à nomeação. Ou então é porque não tem objeções sérias contra o chefe majoritário. Quando nenhum desses casos se oferece, discricionariamente exerce a escolha, e sabe que pode exercê-la, porque se estriba no art. 101, n.º 6, da Constituição do Império.

Sérgio Buarque de Hollanda. **O Brasil monárquico. Do Império à República**. In: coleção **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, tomo II, vol. 5. p. 21 (com adaptações).

02. **(CAM/DEP – 2014 – Analista Legislativo – CESPE/ UnB)** O termo "nesse ponto" remete ao seguinte trecho do período precedente: "pôr em uso algumas regras do parlamentarismo".

03. **(CAM/DEP – 2014 – Analista Legislativo – CESPE/ UnB)** Depreende-se do texto que o "art. 101, n.º 6, da Constituição do Império" tornou-se letra morta em decorrência da prática política adotada por D. Pedro II.

A partir de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2) determinou que a Google Brasil retirasse, em até 72 horas, 15 vídeos do YouTube que disseminam o preconceito, a intolerância e a discriminação a religiões de matriz africana, e fixou multa diária de R$ 50.000,00 em caso de descumprimento da ordem judicial. Na ação civil pública, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC/RJ) alegou que a Constituição garante aos cidadãos não apenas a obrigação do Estado em respeitar as liberdades, mas também a obrigação de zelar para que elas sejam respeitadas pelas pessoas em suas relações recíprocas.

Para a PRDC/RJ, somente a imediata exclusão dos vídeos da Internet restauraria a dignidade de tratamento, que, nesse caso, foi negada às religiões de matrizes africanas. Corroborando a visão do MPF, o TRF2 entendeu que a veiculação de vídeos potencialmente ofensivos e fomentadores do ódio, da discriminação e da intolerância contra religiões de matrizes africanas não corresponde ao legítimo exercício do direito à liberdade de expressão. O tribunal considerou que a liberdade de expressão não se pode traduzir em desrespeito às diferentes manifestações dessa mesma liberdade, pois ela encontra limites no próprio exercício de outros direitos fundamentais.

Internet: <http://ibde.org.br> (com adaptações).

04. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Predomina no texto em apreço o tipo textual narrativo.

Segundo a doutrina nacional, os crimes cibernéticos (também chamados de eletrônicos ou virtuais) dividem-se em puros (ou próprios) ou impuros (ou impróprios). Os primeiros são os praticados por meio de computadores e se realizam ou se consumam também em meio eletrônico. Os impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado que ameaça ou lesa outros bens, diferentes daqueles da informática.

É importante destacar que o art. 154-A do Código Penal (Lei n.º 12.737/2012) trouxe para o ordenamento jurídico o crime novo de "invasão de dispositivo informático", que consiste na conduta de invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Quanto à culpabilidade, a conduta criminosa do delito cibernético caracteriza-se somente pelo dolo, não havendo a previsão legal da conduta na forma culposa.

Idem, ibidem.

05. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Depreende-se das informações do texto que, nos crimes cibernéticos chamados impuros ou impróprios, o resultado extrapola o universo virtual e atinge bens materiais alheios à informática.

06. **(MPU – 2015 – Técnico do MPU – CESPE)** Ainda com base no texto da questões

anterior, infere-se dos fatos apresentados que a consideração de crime para os delitos cibernéticos foi determinada há várias décadas, desde o surgimento da Internet.

Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patrício Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

07. **(CGE-PI – 2014 – Auditor Governamental – CESPE)** Infere-se da leitura do texto que, para o autor, os baianos não são naturalmente adeptos da alimentação natural.

Neste ano, em especial, alguns cargos que tradicionalmente já são valorizados devem ficar ainda mais requisitados. São promissores cargos ligados à ciência de dados, em especial ao *big data* e aos dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Os novos profissionais da área de tecnologia ganham relevância pela capacidade de aprofundar a análise de informações e pela criação de estratégias dentro de empresas. A tendência é que, à medida que esse mercado se desenvolva no Brasil, aumentem as oportunidades nos próximos anos. Em momentos de incerteza econômica, buscar soluções para aumentar a produtividade é uma escolha certeira para sobreviver e prosperar: nesse sentido, as empresas brasileiras estão fazendo o dever de casa.

Veja, 7/1/2015, p. 55 (com adaptações).

08. **(FUB – 2015 – Todos os cargos – CESPE)** Depreende-se do texto que o Brasil vive um momento de grande incerteza econômica, principalmente por não haver avançado o suficiente no campo da tecnologia.

Os primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República foram de grandes incertezas quanto aos trilhos que a nova forma de governo deveria seguir. Em uma rápida olhada, identificam-se dois grupos que defendiam diferentes formas de se exercer o poder da República: os civis e os militares. Os civis, representados pelas elites das principais províncias — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, queriam uma república federativa que desse muita autonomia às unidades regionais. Os militares, por outro lado, defendiam um Poder Executivo forte e se opunham à autonomia buscada pelos civis. Isso sem mencionar as acirradas disputas internas de cada grupo. Esse era um quadro que demonstrava a grande instabilidade sentida pelos cidadãos que viveram naqueles anos. Mas havia cidadãos?

Formalmente, a Constituição de 1891 definia como cidadãos os brasileiros natos e, em regra, os naturalizados. Podiam votar os cidadãos com mais de vinte e um anos de idade que tivessem se alistado conforme determinação legal. Mas o que, exatamente, significava isso? Em 1894, na primeira eleição para presidente da República, votaram 2,2% da população. Tudo indica que, apesar de a República ter abolido o critério censitário e adotado o voto direto, a participação popular continuou sendo muito baixa em virtude, principalmente, da proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

No que se refere à legislação eleitoral, alguns instrumentos legais vieram a público, mas nenhum deles alterou profundamente o processo eleitoral da época. As principais alterações promovidas na legislação contemplaram o fim do voto censitário e a manutenção do voto direto. Essas modificações, embora importantes, tiveram pouca repercussão prática, já que o voto ainda era restrito — analfabetos e mulheres não votavam — e o processo eleitoral continuava permeado por toda sorte de fraudes.

Ana Ferrari Ramos Cajado, Thiago Domelles e Amanda Camylla Pereira. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014, p. 27-8. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

09. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** os instrumentos legais acerca da legislação eleitoral que surgiram logo após a promulgação da Constituição de 1891 tinham

os objetivos de ampliar a parcela votante da população e diminuir as fraudes ocorridas durante o processo eleitoral, mas fracassaram nesses aspectos.

10. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** O fim do voto censitário e a manutenção do voto direto foram importantes porque denotaram a preocupação do governo com o povo e constituíram o início do processo democrático no Brasil.

11. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** Nos primeiros anos após a Proclamação da República, os civis e os militares discordavam quanto à autonomia que deveria ser dada pelo governo às unidades regionais.

12. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** a instabilidade observada nos anos que se seguiram à Proclamação da República deveu-se ao súbito ganho de poder dos civis, o que, de acordo com o texto, gerou acirradas disputas com os militares, tradicionais detentores do poder.

Segundo a Constituição Federal, todo poder emana do povo e por ele será exercido, quer de maneira direta, quer por intermédio de representantes eleitos. Essa afirmação, dentro do espírito do texto constitucional, deve ser interpretada como verdadeiro dogma estabelecido pelo constituinte originário, mormente quando nos debruçamos sobre o cenário político dos anos anteriores à eleição dos membros que comporiam a Assembleia Constituinte que resultou na Carta de 1988.

Em expedita sinopse, é possível perceber que, após longo período de repressão à manifestação do pensamento, o povo brasileiro ansiava por exercer o direito de eleger os seus representantes com o objetivo de participar direta ou indiretamente da formação da vontade política da nação.

Dentro desse contexto, impende destacar que os movimentos populares que ocorreram a partir do ano de 1984, que deram margem ao início do processo de elaboração da nova Carta, deixaram transparecer de maneira cristalina aos então governantes que o coração da nação brasileira estava palpitante, quase que exageradamente acelerado, tendo em vista a possibilidade de se recuperar o exercício do poder, cujo titular, por longo lapso, deixou de ser escolhido pelo povo brasileiro.

Em meio a esse cenário, foi elaborado o texto constitucional, que, desde então, recebeu a denominação de Constituição Cidadã. O art. 14 desse texto confere ênfase à titularidade do poder para ressaltar que "A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos", deixando transparecer que a intenção da Lei Maior é fazer que o povo exerça efetivamente o seu direito de participar da formação da vontade política.

13. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** A Constituição Federal de 1988 é denominada de Constituição Cidadã por conferir ênfase à titularidade do exercício do poder pelo povo, como se pode observar no texto do artigo 14 da Carta Magna.

14. **(TRE-GO – 2015 – Analista Judiciário – CESPE)** Foi necessária a promulgação da Carta Magna de 1988 para que o exercício do poder pelo povo virasse realidade.

O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas evalores politicos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades. Suas consequências infligem considerável prejuizo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens emulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade. Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação do tráfico de drogas ilicitas e dos crimes conexos — geralmente de caráter transnacional — com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania nacional e afetam a estrutura social e econômica interna, devendo o governo adotar uma postura firme de combate ao tráfico de drogas, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos.

Internet: <www.direitoshumanos.usp.br>

15. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** O pronome possessivo “Suas” (L.4) refere-se a “de todos os Estados e sociedades” (L. 3 e 4).

O ofício de catador conquistou espaço em âmbito público em 2010, com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Após vinte anos de tramitação, a nova lei regula a destinação dos produtos com ciclo de vida durável, integrando o poder público, as empresas e a população na gestão dos resíduos. Os estados e municípios deverão adotar os novos parâmetros até agosto de 2014, caso contrário, não receberão recursos da União. Nesse contexto, a lei propõe incentivos dos municípios para a organização desses trabalhadores em cooperativas, em detrimento do trabalho autônomo dos catadores de rua. A maioria dos catadores autônomos, entretanto, é moradora de rua ou desempregada, sem acesso ao mercado de trabalho formal. Em muitos casos, são dependentes químicos ou alcoólatras, e não têm horários estabelecidos para o trabalho. Entre as razões para preferir a informalidade, estão a liberdade para estabelecer horários, a desconfiança da hierarquia das cooperativas, o pagamento semanal em vez de diário e a incompatibilidade com a forma da organização.

Emily Almeida. **Emancipação dos catadores**. *In*: Darcy, set.-out./2013 (com adaptações).

16. **(ICMBIO – 2014 – Cargos nível superior – CESPE)** O elemento coesivo sentencial "entretanto" (l.12) tem a finalidade semântica de introduzir uma relação de adversidade entre a informação expressa no período de que faz parte e a informação expressa nos períodos que o antecedem.

O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, com inovação e competitividade, por meio do intercâmbio com outros países. No âmbito do programa, serão concedidas, até 2015, mais de 100 mil bolsas de estudos no exterior para estudantes de graduação e pós-graduação. O Ciência sem Fronteiras também pretende atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil. Esse incentivo torna-se imperativo no início do século XXI, devido à extrema velocidade com que ciência e tecnologia se desenvolvem. Há décadas, países como China e Índia têm enviado estudantes para países centrais, com resultados muito positivos. Provavelmente, o programa brasileiro vai acelerar a mobilidade internacional e proporcionar avanços na ciência brasileira. Essa iniciativa louvável talvez inspire outras não menos importantes — como o estímulo à mobilidade nacional de estudantes —, que ainda são incipientes. Estudantes do Acre, de Rondônia ou do Maranhão certamente seriam beneficiados com a estada de um ano em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Da mesma forma, alunos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília se beneficiariam com uma temporada no Acre, em Rondônia ou no Maranhão. Essa troca de experiências seria um instrumento de coesão e compreensão dos diferentes aspectos culturais e de problemas comuns e específicos de diferentes regiões brasileiras.

Isaac Roitman. **Brasil sem fronteiras**. *In*: **Revista DARCY**. Brasília: UnB, n.º 11, jun.-jul./2012, p. 7 (com adaptações).

17. **(TC-DF – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** O pronome "que" (l.18) tem como referente o termo "estudantes" (l.17).

Migrar e trabalhar. Quando esses verbos se conjugam da pior forma possível, acontece o chamado tráfico de seres humanos. O tráfico de pessoas para exploração econômica e sexual está relacionado ao modelo de desenvolvimento que o mundo adota. Esse modelo é baseado em um entendimento de competitividade que pressiona por uma redução constante nos custos do trabalho.

custos do trabalho.

No passado, os escravos eram capturados e vendidos como mercadoria. Hoje, a pobreza que torna populações vulneráveis garante oferta de mão de obra para o tráfico — ao passo que a demanda por essa força de trabalho sustenta o comércio de pessoas. Esse ciclo atrai intermediários, como os *gatos* (contratadores que aliciam pessoas para serem exploradas em fazendas e carvoarias), os *coiotes* (especializados em transportar pessoas pela fronteira entre o México e os Estados Unidos da América) e outros *animais*, que lucram sobre os que buscam uma vida mais digna. Muitas vezes, é a iniciativa privada uma das principais geradoras do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, ao forçar o deslocamento de homens, mulheres e crianças para reduzir custos e lucrar. Na pecuária brasileira, na produção de cacau de Gana, nas tecelagens ou fábricas de tijolos do Paquistão.

O tráfico de pessoas e as formas contemporâneas de trabalho escravo não são uma doença, e sim uma febre que indica que o corpo está doente. Por isso, sua erradicação não virá apenas com a libertação de trabalhadores, equivalente a um antitérmico — necessário, mas paliativo. O fim do tráfico passa por uma mudança profunda, que altere o modelo de desenvolvimento predatório do meio ambiente e dos trabalhadores. A escravidão contemporânea não é um resquício de antigas práticas que vão desaparecer com o avanço do capital, mas um instrumento utilizado pelo capitalismo para se expandir.

Leonardo Sakamoto. **O tráfico de seres humanos hoje**. *In*: **História viva**. Internet: <www2.uol.com.br> (com adaptações)

18. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** No texto, as expressões “esses verbos” (L.1) e “Esse ciclo” (L.12) têm a mesma finalidade: retomar termos ou ideias expressos anteriormente.

O tráfico internacional de drogas começou a desenvolver-se em meados da década de 70, tendo tido o seu *boom* na década de 80. Esse desenvolvimento está estreitamente ligado à crise econômica mundial. O narcotráfico determina as economias dos países produtores de coca e, ao mesmo tempo, favorece principalmente o sistema financeiro mundial. O dinheiro oriundo da droga corresponde à lógica do sistema financeiro, que é eminentemente especulativo. Este necessita, cada vez mais, de capital “livre” para girar, e o tráfico de drogas promove o “aparecimento mágico” desse capital que se acumula de modo rápido e se move velozmente.

A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional. A cocaína gera "dependência" em grupos econômicos e até mesmo nas economias de alguns países, como nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores — Peru, Bolívia e Colômbia, para citar apenas os casos de maior destaque. Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US$ 1,5 bilhão contra US$ 2,5 bilhões das exportações legais.

Na Colômbia, o narcotráfico gera de US$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US$ 5,25 bilhões. Nesses países, a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligação com os traficantes e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes.

Oswaldo Coggiola

19. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** Depreende-se do texto uma discrepância na ligação do narcotráfico com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico.

20. **(Polícia Federal – 2014 – Agente – CESPE)** O texto da questão anterior, que se classifica como dissertativo, expõe a articulação entre o tráfico internacional de drogas e o sistema financeiro mundial.

As primeiras moedas, peças representando valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual Turquia), no século VII a.C. As características que se desejava ressaltar eram transportadas para as peças por meio da pancada de um objeto pesado, em primitivos cunhos. Com o surgimento da cunhagem a martelo e o uso de metais nobres, como o ouro e a prata, os signos monetários passaram a ser valorizados também pela nobreza dos metais neles empregados.

Embora a evolução dos tempos tenha levado à substituição do ouro e da prata por metais menos raros ou suas ligas, preservou-se, com o passar dos séculos, a associação dos atributos de beleza e expressão cultural ao valor monetário das moedas, que quase sempre, na atualidade, apresentam figuras representativas da história, da cultura, das riquezas e do poder das sociedades.

A necessidade de guardar as moedas em segurança levou ao surgimento dos bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar recibos escritos das quantias guardadas. Esses recibos passaram, com o tempo, a servir como meio de pagamento por seus possuidores, por ser mais seguro portá-los do que portar dinheiro vivo. Assim surgiram as primeiras cédulas de "papel moeda", ou cédulas de banco; concomitantemente ao surgimento das cédulas, a guarda dos valores em espécie dava origem a instituições bancárias.

Casa da Moeda do Brasil: 290 anos de História, 1694/1984

21. **(Caixa – 2014 – Nível Superior – CESPE)** No texto, predominantemente descritivo, são utilizados trechos narrativos como recurso para defender os argumentos elencados.

Imigrantes ilegais, os homens e as mulheres vieram para Prato, na Itália, como parte de *snakebodies* liderados por *snakeheads* na Europa. Em outras palavras, fizeram a perigosa viagem da China por trem, caminhão, a pé e por mar como parte de um grupo pequeno, aterrorizado, que confiou seu destino a gangues chinesas que administram as maiores redes de contrabando de gente no mundo. Nos locais em que suas viagens começaram, havia filhos, pais, esposas e outros que dependiam deles para que enviassem dinheiro. No destino, havia paredes cobertas com anúncios de mau gosto de empregos que representavam a esperança de uma vida melhor.

Pedi a um dos homens ao lado da parede que me contasse como tinha sido sua viagem. Ele objetou. Membros do *snakebody* têm de jurar segredo aos *snakeheads* que organizam sua viagem. Tive de convencê-lo, concordando em usar um nome falso e camuflar outros aspectos de sua jornada. Depois de uma série de encontros e entrevistas, pelos quais paguei alguma coisa, a história de como Huang chegou a Prato emergiu lentamente.

James Kynge. **A China sacode o mundo**. São Paulo: Globo, 2007 (com adaptações).

22. **(Polícia Federa – 2014 – Agente de Polícia Federal – CESPE)** O texto é narrativo e autobiográfico, o que se evidencia pelo uso da primeira pessoa do singular no segundo parágrafo, quando é contado um fato acontecido ao narrador.

Pedi ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que falasse sobre a ideia que o projetou. A síntese da metafísica dos povos "exóticos" surgiu em 1996 e ganhou o nome de "perspectivismo ameríndio".

Fazia já alguns anos, então, que o antropólogo se ocupava de um traço específico do pensamento indígena nas Américas. Em contraste com a ênfase dada pelas sociedades industriais à *produção* de objetos, vigora entre esses povos a lógica da *predação*. O pensamento ameríndio dá muita importância às relações entre caça e caçador — que têm, para eles, um valor comparável ao que conferimos ao trabalho e à fabricação de bens de consumo. Diferentes espécies animais são pensadas com base na posição que ocupam nessa relação. Gente, por exemplo, é, ao mesmo tempo, presa de onça e predadora de porcos.

Pesquisas realizadas por duas alunas de Viveiros de Castro, na mesma época, com diferentes grupos indígenas da Amazônia, chamavam a atenção para outra característica curiosa de seu pensamento: de acordo com os interlocutores de ambas, os animais podiam assumir a perspectiva humana. Um levantamento realizado então indicava a existência de ideias semelhantes em outros grupos espalhados pelas Américas, do Alasca à Patagônia. Segundo diferentes etnias, os porcos, por exemplo, se viam uns aos outros como gente. E enxergavam os humanos, seus predadores, como onça. As onças, por sua vez, viam a si mesmas e às outras onças como gente. Para elas, contudo, os índios eram tapires ou pecaris — eram presa.

Ser gente parecia uma questão de ponto de vista. Gente é quem ocupa a posição de sujeito. No mundo amazônico, escreveu o antropólogo, "há mais pessoas no céu e na terra do que sonham nossas antropologias".

Ao se verem como gente, os animais adotam também todas as características culturais humanas. Da perspectiva de um urubu, os vermes da carne podre que ele come são peixes grelhados, comida de gente. O sangue que a onça bebe é, para ela, cauim, porque é cauim o que se bebe com tanto gosto. Urubus entre urubus também têm relações sociais humanas, com ritos, festas e regras de casamento.

Tudo se passa, conforme Viveiros de Castro, como se os índios pensassem o mundo de maneira inversa à nossa, se consideradas as noções de "natureza" e de "cultura". Para nós, o que é dado, o universal, é a natureza, igual para todos os povos do planeta. O que é construído é a cultura, que varia de uma sociedade para outra. Para os povos ameríndios, ao contrário, o dado universal é a cultura, uma única cultura, que é sempre a mesma para todo sujeito. Ser gente, para seres humanos, animais e espíritos, é viver segundo as regras de casamento do grupo, comer peixe, beber cauim, temer onça, caçar porco.

Mas se a cultura é igual para todos, algo precisa mudar. E o que muda, o que é construído, dependendo do observador, é a natureza. Para o urubu, os vermes no corpo em decomposição são peixe assado. Para nós, são vermes. Não há uma terceira posição, superior e fundadora das outras duas. Ao passarmos de um observador a outro, para que a cultura permaneça a mesma, toda a natureza em volta precisa mudar.

Rafael Cariello. **O antropólogo contra o Estado**. *In*: Revista **piauí**, n.º 88, jan./2014 (com adaptações).

23. **(Câmara dos Deputados – 2014 – Analista Legislativo – CESPE)** Narrado em primeira pessoa e tratando de tema científico, o texto classifica-se como artigo científico, ainda que tenha sido publicado em periódico não especializado.

Tarde de verão, é levado ao jardim na cadeira de braços — sobre a palhinha dura a capa de plástico e, apesar do calor, manta xadrez no joelho. Cabeça caída no peito, um fio de baba no queixo. Sozinho, regala-se com o trino da corruíra, um cacho dourado de giesta e, ao arrepio da brisa, as folhinhas do chorão faiscando — verde, verde! Primeira vez depois do insulto cerebral aquela ânsia de viver. De novo um homem, não barata leprosa com caspa na sobrancelha — e, a sombra das folhas na cabecinha trêmula, adormece. Gritos: *Recolha a roupa. Maria, feche a janela. Prendeu o Nero?* Rebenta com fúria o temporal. Aos trancos João ergue o rosto, a chuva escorre na boca torta. Revira em agonia o olho vermelho — é uma coisa, que a família esquece na confusão de recolher a roupa e fechar as janelas?

Dalton Trevisan. **Ah, é? Rio de Janeiro:** Record, 1994. p. 67 (com adaptações).

24. **(Câmara dos Deputados – 2014 – Analista Legislativo – CESPE)** Por tratar-se de narrativa em terceira pessoa, o texto apresenta, além do relato das ações, alguns comentários do narrador, sem perscrutar o pensamento do personagem principal.

25. **(Caixa – 2014 – Nível Superior – CESPE)** No texto, predominantemente descritivo, são utilizados trechos narrativos como recurso para defender os argumentos elencados.

Imigrantes ilegais, os homens e as mulheres vieram para Prato, na Itália, como parte de *snakebodies* liderados por *snakeheads* na Europa. Em outras palavras, fizeram a perigosa viagem da China por trem, caminhão, a pé e por mar como parte de um grupo pequeno, aterrorizado, que confiou seu destino a gangues chinesas que administram as maiores redes de contrabando de gente no mundo. Nos locais em que suas viagens começaram, havia filhos, pais, esposas e outros que dependiam deles para que enviassem dinheiro. No destino, havia paredes cobertas com anúncios de mau gosto de empregos que representavam a esperança de uma vida melhor.

Pedi a um dos homens ao lado da parede que me contasse como tinha sido sua viagem. Ele objetou. Membros do *snakebody* têm de jurar segredo aos *snakeheads* que organizam sua viagem. Tive de convencê-lo, concordando em usar um nome falso e camuflar outros aspectos de sua jornada. Depois de uma série de encontros e entrevistas, pelos quais paguei alguma coisa, a história de como Huang chegou a Prato emergiu lentamente.

James Kynge. **A China sacode o mundo.** São Paulo: Globo, 2007 (com adaptações).

25. **(Polícia Federa – 2014 – Agente de Polícia Federal – CESPE)** O texto é narrativo e autobiográfico, o que se evidencia pelo uso da primeira pessoa do singular no segundo parágrafo, quando é contado um fato acontecido ao narrador.

Alexandria, no Egito, reinou quase absoluta como centro da cultura mundial no período do século III a.C. ao século IV d.C. Sua famosa Biblioteca continha praticamente todo o saber da Antiguidade em cerca de 700.000 rolos de papiro e pergaminho e era frequentada pelos mais conspícuos sábios, poetas e matemáticos.

A Biblioteca de Alexandria estava muito próxima do que se entende hoje por Universidade. E faz-se apropriado o depoimento do insigne Carl B. Boyer, em **A História da Matemática**: "A Universidade de Alexandria evidentemente não diferia muito de instituições modernas de cultura superior. Parte dos professores provavelmente se notabilizou na pesquisa, outros eram melhores como administradores e outros ainda eram conhecidos pela sua capacidade de ensinar."

Em 47 a.C., envolvendo-se na disputa entre a voluptuosa Cleópatra e seu irmão, o imperador Júlio César mandou incendiar a esquadra egípcia ancorada no porto de Alexandria. O fogo se propagou até as dependências da Biblioteca, queimando cerca de 500.000 rolos.

Em 640 d.C., o califa Omar ordenou que fossem queimados todos os livros da Biblioteca, utilizando o seguinte o argumento: "ou os livros contêm o que está no Alcorão e são desnecessários ou contêm o oposto e não devemos lê-los."

A destruição da Biblioteca de Alexandria talvez tenha representado o maior crime contra o saber em toda a história da humanidade.

Se vivemos hoje a era do conhecimento é porque nos alçamos em ombros de gigantes do passado. A Internet representa um poderoso agente de transformação do nosso *modus vivendi et operandi*.

É um marco histórico, um dos maiores fenômenos de comunicação e uma das mais democráticas formas de acesso ao saber e à pesquisa. Mas, como toda inovação, a Internet tem potencial cuja dimensão não deve ser superdimensionada. Seu conteúdo é fragmentado, desordenado e, além disso, cerca de metade de seus *bites* é descartável.

Jacir J. Venturi. Internet: www.geometriaanalitica.com.br (com adaptações).

26. **(ANTAQ – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** Nesse texto, que pode ser classificado como artigo de opinião, identificam-se trechos narrativos e dissertativos.

O homem habita a Amazônia há mais de 11.000 anos. No entanto, foi só no século XVI que o rio Amazonas foi navegado pela primeira vez, pelo explorador e conquistador espanhol Don Francisco de Orellana (1511-1546). Em busca de vastas florestas de canela e da lendária cidade do ouro El Dorado, Orellana deixou Quito, no Equador, em fevereiro de 1541. Não encontrou nem canela nem ouro, e, sim, o maior rio da Terra. O explorador batizou o rio "recém-descoberto" de rio de Orellana. Tal nome depois seria abandonado em troca do nome rio Amazonas, inspirado na mítica tribo de guerreiras.

Passaram-se muitos anos até a Amazônia receber uma nova expedição — a primeira a subir o rio inteiro. Entre 1637 e 1638, as primeiras informações detalhadas sobre a região, sua história natural e seu povo foram registradas pelo Padre Cristóvão de Acuña, que viajou como membro de uma grande expedição comandada pelo general português Pedro Teixeira. Ele registrou dados de impressionante precisão acerca da extensão e do tamanho do rio Amazonas, e da topografia de seu curso, com descrições detalhadas das áreas de floresta inundada ao longo do rio, da fauna aquática, dos sistemas agrícolas e das plantações dos povos indígenas.

Internet: <www.wwf.org> (com adaptações).

27. **(SUFRAMA – 2014 – Nível Superior - CESPE)** Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o trecho "Não encontrou nem canela nem ouro, e, sim, o maior rio da Terra" (l.7-8) poderia ser assim reescrito: Não encontrou canela nem ouro, mas o maior rio da Terra.

Durante o século passado, a doutrina da tábula rasa norteou os trabalhos de boa parte das ciências sociais e humanidades. Uma longa e crescente lista de conceitos que pareceriam naturais ao modo de pensar humano (emoções, parentesco, sexo, doença, natureza, mundo) passou a ser vista como *inventada* ou *socialmente construída*.

A tábula rasa frequentemente anda em companhia de duas outras doutrinas que também alcançaram *status* sagrado na vida intelectual moderna.

Uma dessas doutrinas é geralmente atribuída a Descartes (1596-1650). Para ele, existe uma grande diferença entre mente e corpo, porquanto o corpo é, por natureza, sempre divisível, e a mente, inteiramente indivisível. Ele contestou Thomas Hobbes (1588-1617), que dizia que a mente podia operar segundo princípios físicos, e argumentou que, ao contrário, o comportamento, especialmente a fala, não era causado por nada, e sim, livremente escolhido. Um nome memorável para a doutrina defendida por Descartes foi dado três séculos depois pelo filósofo Gilbert Ryle (1900-1976), que a considerava a teoria "oficial", *o dogma do fantasma da máquina*, segundo a qual o corpo e a mente estão atrelados, e, enquanto o corpo está sujeito a leis mecânicas, a mente não existe no espaço nem suas operações estão sujeitas a leis mecânicas.

A outra teoria que acompanha a tábula rasa é comumente atribuída ao filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), embora, na verdade, provenha de John Dryden, em peça publicada em 1670:

Sou tão livre quanto o primeiro homem da Natureza,
Antes de começarem as ignóbeis leis da servidão,
Quando o nobre selvagem corria solto nas florestas.

O conceito do bom selvagem capta a crença de que os seres humanos, em seu estado natural, são altruístas, pacíficos e serenos, portanto males como a ganância, a ansiedade e a violência são produtos da civilização.

Segundo Rousseau, muitos autores se precipitaram ao concluir que o homem é naturalmente cruel e requer um sistema de polícia regular, para regenerar-se. Cita, por exemplo, Thomas Hobbes, segundo o qual está evidente que, durante o tempo em que vivem sem um poder comum que os mantenha em temor reverencial, os homens encontram-se naquela condição denominada guerra; e essa é de cada homem contra cada homem. Hobbes acreditava que as pessoas somente poderiam escapar dessa existência infernal se entregassem sua autonomia a uma pessoa ou assembleia soberana, um leviatã.

Muito depende de qual desses antropólogos de gabinete está correto. Se considerarmos que as pessoas são bons selvagens, um leviatã dominador é desnecessário. De fato, ao forçar as pessoas a descrever a propriedade privada para que ela seja reconhecida pelo leviatã, este cria a própria cobiça e beligerância para cujo controle foi concebido. Se, em contraste, as pessoas são naturalmente perversas, o melhor que podemos esperar é uma trégua precária, mantida graças à polícia e ao exército. As duas teorias também têm, por conseguinte, implicações para a vida privada.

Steven Pinker. **Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 24-8 (com adaptações).

28. **(STF – 2013 – Analista Judiciário – CESPE)** Em parágrafos com mais de um período, é no período inicial que se apresenta o assunto a ser desenvolvido, de forma que, se forem agrupados os primeiros ou o único período de cada parágrafo, na ordem em que aparecem no texto, será obtido, grosso modo, um panorama de sua estrutura argumentativa.

Balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) aponta redução de 39% nos casos de roubo com restrição de liberdade, o famoso sequestro-relâmpago, ocorridos entre 1.º de janeiro e 31 de agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado — foram 520 ocorrências em 2012 e 316 em 2013.

Em agosto deste ano, foram registrados 39 casos de sequestro-relâmpago em todo o DF, o que representa redução de 32% do número de ocorrências dessa natureza criminal em relação ao mesmo mês de 2012, período em que 57 casos foram registrados. Entre as 39 vítimas, 11 foram abordadas no Plano Piloto, região que lidera a classificação de casos, seguida pela região administrativa de Taguatinga, com oito ocorrências. Segundo a SSP, o cenário é diferente daquele do mês de julho, em que Ceilândia e Gama tinham o maior número de casos. "38% dos crimes foram cometidos nos fins de semana, no período da noite, e quase 70% das vítimas eram do sexo masculino, o que mostra que a escolha da vítima é baseada no princípio da oportunidade e aleatória, não em função do gênero."

Ao todo, 82% das vítimas (32 pessoas) estavam sozinhas no momento da abordagem dos bandidos, por isso as forças de segurança recomendam que as pessoas tomem alguns cuidados, entre os quais, não estacionar em locais escuros e distantes, não ficar dentro de carros estacionados e redobrar a atenção ao sair de residências, centros comerciais e outros locais.

DF registra 316 ocorrências de sequestro-relâmpago nos primeiros oito meses deste ano. R7, 6/9/2013. Internet: <http://noticias.r7.com> (com adaptações).

29. **(PC-DF – 2013 – Agente de Polícia – CESPE)** O texto, predominantemente informativo, refuta a ideia de que os alvos preferenciais dos autores de sequestros-relâmpago seriam do sexo feminino.

Os depósitos de ferro de Carajás

Os enormes depósitos de ferro da Serra dos Carajás são associados à sequência vulcanossedimentar do Grupo Grão-Pará descrita inicialmente por Tolbert *et al.* (1971) e Beisiegel *et al.* (1973) como constituída de três unidades: unidade vulcânica máfica inferior, denominada formação Parauapebas; unidade de jaspilitos intermediária, denominada formação Carajás; e unidade vulcânica máfica superior. *Sills* e diques de rochas máficas a intermediárias são intrusivos nas três unidades definidas. Ao longo da Serra dos Carajás, o grupo Grão-Pará é dividido em três segmentos: Serra Norte, Serra Leste e Serra Sul, onde o grau de metamorfismo varia sensivelmente, sendo nitidamente mais elevado na Serra Sul. Neste último segmento, a influência da zona de cisalhamento de alto ângulo provocou a completa recristalização dos jaspilitos, o que conduziu à formação de verdadeiros itabiritos. O desenvolvimento atual da mineração a céu aberto do enorme depósito de ferro de Carajás interessa principalmente no que se refere aos corpos N4 e N8, nos quais o metamorfismo é ausente e limitado a zonas de cisalhamento locais. Nessas áreas, o protominério é constituído por uma camada de jaspilitos, com espessura entre 100 m e 400 m, totalmente preservados, que foram descritos por Meirelles (1986) e Meirelles e Dardenne (1993).

Marcel Auguste Dardenne e Carlos Schobbenhaus. **Depósitos minerais no tempo geológico e épocas metalogenéticas**. *In*: L. A. Bizzi, C. Schobbenhaus, R. M. Vidotti e J. H. Gonçalves. **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil**. CPRM, Brasília, 2003, p. 376 (com adaptações).

30. **(CPRM – 2013 – Analista em geociências – CESPE)** O caráter descritivo do texto e o emprego de linguagem excessivamente técnica tornam a sua leitura inacessível ao público a que esse gênero textual se destina.

Um dos principais desafios para o Brasil é conhecer a Amazônia. Sua vocação eminentemente hídrica impõe, ao longo dos séculos, a necessidade do deslocamento de seus habitantes através dos rios. Muito antes da chegada dos colonizadores na Amazônia, os nativos já utilizavam canoas. Ainda hoje, grande parte da população amazônica vive da pesca. Além disso, o deslocamento do ribeirinho se faz através da infinidade de rios que retalham a grandeza territorial.

Mas para conhecer a Amazônia de verdade é preciso entender sua posição estratégica para o país. Os rios são a chave para esse conhecimento. São as estradas que a natureza construiu e em cujas margens se desenvolveram inúmeras povoações. Portanto, é impossível pensar em Amazônia sem associar a importância que os rios têm para o desenvolvimento econômico e social. Eles devem ser vistos como os grandes propulsores do desenvolvimento sustentável da região.

Domingos Sávio Almeida Nogueira, Jr. Internet: <www.portosenavios.com.br/artigos> (com adaptações)

31. **(ANTAQ – 2014 – Todos os cargos – CESPE)** Predomina no texto a narração, já que nele se identificam um cenário e uma ação.

Nos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorrido na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, e a queda das taxas de fecundidade proporcionou o aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 60 do século passado, nos Estados Unidos da América e na Europa, chegou às nossas terras e fez ressurgir o movimento feminista nacional, aumentando a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Esse sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, visto que proporcionou alterações na formação da identidade feminina. A redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

Internet: <www.mte.gov.br> (com adaptações).

32. (MTE – 2014 – Agente Administrativo – CESPE) O texto pode ser classificado como narrativo, por apresentar a história da inserção das mulheres na força de trabalho.

Durante os primeiros minutos, Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até o Largo da Carioca. No Largo parou alguns instantes, enfiou depois pela Rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na Rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no Largo de S. Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um Café. Pediu alguma cousa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achasse. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida? Eis o ponto. A consciência acabou por lhe dizer que não podia, que devia levar a carteira à polícia, ou anunciá-la; mas tão depressa acabava de lhe dizer isto, vinham os apuros da ocasião, e puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira. Chegavam mesmo a dizer-lhe que, se fosse ele que a tivesse perdido, ninguém iria entregar-lha; insinuação que lhe deu ânimo.

Machado de Assis. **A carteira**. *In:* **Obra completa de Machado de Assis**, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

33. **(MTE – 2014 – Agente Administrativo – CESPE)** Por tratar de um conflito interior acerca da ética e da moral, o trecho acima é predominantemente dissertativo.

Existem várias formas de punição para aqueles que pratiquem assédio moral, podendo essa punição recair tanto no assediador, quanto na empresa empregadora que não coiba, ou que até mesmo incentive o assédio, como ocorre, por exemplo, no caso do assédio moral organizacional, decorrente de políticas corporativas.

O empregador responde pelos danos morais causados à vítima que tenha sofrido assédio em seu estabelecimento, nos termos do artigo 932 do Código Civil. Em caso de condenação, cabe à justiça do trabalho fixar um valor de indenização, com o objetivo de reparar o dano.

O assediador, por sua vez, poderá ser responsabilizado em diferentes esferas: na penal, estará sujeito à condenação por crimes de injúria e difamação, constrangimento e ameaça (artigos 139, 140, 146 e 147 do Código Penal); na trabalhista, correrá o risco de ser dispensado por justa causa (artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho) e ainda por mau procedimento e ato lesivo à honra e à boa fama de qualquer pessoa; por fim, na esfera cível, poderá sofrer ação regressiva, movida pelo empregador que for condenado na justiça do trabalho ao pagamento de indenização por danos morais, em virtude de atos cometidos pelo empregado.

Internet: (com adaptações).

34. **(TRT - 17ª Região (ES) – 2013 – Analista Judiciário)** O texto classifica-se como expositivo, visto que, nele, é defendida, com base em argumentos, a punição daqueles que pratiquem assédio moral.

( ) CERTO
( ) ERRADO

Há um dispositivo no Código Civil que condiciona a edição de biografias à autorização do biografado ou descendentes. As consequências da norma são negativas. Uma delas é a impossibilidade de se registrar e deixar para a posteridade a vida de personagens importantes na formação do país, em qualquer ramo de atividade. Permite-se a interdição de registros de época, em prejuízo dos historiadores e pesquisadores do futuro.

Dessa forma, tem sido sonegado, por exemplo, o relato da vida do poeta Manoel Bandeira e dos escritores Mário de Andrade e Guimarães Rosa. Tanto no jornalismo quanto na literatura não pode haver censura prévia. Publicada a reportagem (ou biografia), os que se sentirem atingidos que recorram à justiça. É preciso seguir o padrão existente em muitos países, em que há biografias "autorizadas" e "não autorizadas".

Reclamações posteriores, quando existem, são encaminhadas ao foro devido, os tribunais.

O alegado "direito à privacidade" é argumento frágil para justificar o veto a que a historiografia do país seja enriquecida, como se não bastasse o fato de o poder de censura concedido a biografados e herdeiros ser um atentado à Constituição.

O Globo, 23/9/2013 (com adaptações).

35. **(MPU – 2013 – TI e Comunicação – CESPE)** Dada a apresentação de fatos, acontecimentos e personagens, o texto é predominantemente narrativo.

36. **(BACEN – 2013 – Técnico – Segurança institucional – CESPE)** O texto constrói-se com base na sátira.

Ex-presidiário, condenado a mais de cem anos de prisão por assalto à mão armada e homicídio, Luiz Alberto Mendes Júnior teve uma vida que renderia um belo filme de ação. Mas o protagonista decidiu tomar outro rumo: dedicou-se à literatura e hoje é um autor de sucesso. Luiz Alberto Mendes Júnior cumpriu 31 anos e 10 meses de prisão. Dentro da penitenciária, aprendeu a ler e a escrever. Trabalhou na escola da penitenciária e alfabetizou mais de 500 presos. Fez vestibular para direito na PUC de São Paulo. Passou. E mudou de vida. Hoje, conquistada a liberdade, Luiz

Alberto já lançou três livros e assina uma coluna na revista **Trip**, além de fazer palestras pelo Brasil afora. É autor de **Memórias de um Sobrevivente** (2001, um relato de seu tempo na cadeia), **Tesão e Prazer: Memórias Eróticas de um Prisioneiro** (2004, também autobiográfico) e **Às Cegas** (2005, que conta o período dos estudos na PUC e as primeiras tentativas literárias). No esforço de compreender os caminhos de sua vida, o escritor transforma a matéria bruta da memória e cria narrativas que valem cada minuto da atenção dos leitores. Em suas palestras, fala sobre "a literatura como salvação pessoal", conta um pouco da sua vida atrás das grades e explica a mudança que o livro promoveu em sua vida.

Internet: <www.bienaldolivro.com.br> (com adaptações)

37. **(DEPEN - 2013 – Técnico de Apoio – CESPE)** Trata-se de texto informativo em que há trechos narrativos.

De início, não existiam direitos, mas poderes. Desde que o homem pôde vingar a ofensa a ele dirigida e verificou que tal vingança o satisfazia e atemorizava a reincidência, só deixou de exercer sua força perante uma força maior. Noentanto, como acontece muitas vezes no domínio biológico, a reação começou a ultrapassar de muito a ação que a provocara. Os fracos uniram-se; e foi então que começou propriamente a incursão do consciente e do raciocínio no mecanismo social, ou melhor, foi aí que começou a sociedade propriamente dita. Fracos unidos não deixam de constituir uma força. E os fracos, os primeiros ladinos e sofistas, os primeiros *inteligentes* da história da humanidade, procuraram submeter aquelas relações até então naturais, biológicas e necessárias, ao domínio do pensamento. Surgiu, como defesa, a ideia de que, apesar de não terem *força*, tinham *direitos*. Novas noções de Justiça, Caridade, Igualdade e Dever foram se insinuando naquele grupo primitivo, instiladas pelos que delas necessitavam, tão certo como o é o fato de os primeiros remédios terem sido inventados pelos doentes. No espírito do homem, foi se formando a correspondente daquela revolta: um superego mais ou menos forte, que daí em diante regeria e fiscalizaria as relações do novo homem com os seus semelhantes, impedindo-lhe a perpetração de atosconsiderados por todos como proibidos. (...) Na resolução de seus litígios, não mais aparecia o mais forte e musculoso diante do menos poderoso pelo próprio nascimento e natureza. Igualados pelas mesmas condições, afrouxados na sua agressividade de animal pelo nascimento do superego, fizeram uma espécie de tratado de paz, as *leis*, pelas quais os interesses e os "proibidos" não seriam violados reciprocamente, sob a garantia de uma punição por parte da coletividade.

Clarice Lispector. **Observações sobre o fundamento do direito de punir**. In: Aparecida Maria Nunes (Org.). **Clarice na cabeceira**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012, p. 57-8 (com adaptações).

38. **(TJ/DF – 2013 – Analista Judiciário – CESPE)** O texto tem caráter predominantemente dissertativo e argumentativo, embora nele possam ser identificados trechos que remetam ao tipo narrativo.

A ideia de solidariedade acompanha, desde os primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é um ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência social das ações humanas, do coexistir e do conviver comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância. Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto, corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz. Estado social e princípio da solidariedade. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n.o 3, p. 31-48, jul.-dez./2008. Internet: <www.fdv.br> (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **Estado social e princípio da solidariedade**,

39. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** os animais e os deuses podem viver isoladamente, sem participação em uma comunidade, mas não os seres humanos.

40. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** o fato de as ações sociais de cada indivíduo incidirem sobre todos os demais membros da comunidade ratifica a dimensão ética da solidariedade, conquanto o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações configure-se como uma necessidade.

41. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade contribuem para que a solidariedade não fique restrita a ações locais e(ou) eventuais.

42. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** a solidariedade é uma característica inata dos seres humanos.

A história da responsabilidade civil entrelaça-se com a história da sanção. O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa praticada.

No período pré-romano da história ocidental, a sanção tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim Lex Talionis — Lex significando lei e Talionis, tal qual ou igual. É de onde se extraiu a máxima "Olho por olho, dente por dente", encontrada, inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato da mesma espécie da que o ofensor praticou contra ele, a Lex Talionis, em verdade, representou grande avanço, pois, da vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado.

Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria; por outro lado, fosse a ofensa apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos. In: Renata F. de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). Direitos humanos: um debate contemporâneo. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012,

Julgue os seguintes itens com base nas ideias veiculadas no texto **Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos.**

43. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** A diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que, nesta, a punição ao ofensor é proporcional ao dano por ele causado.

44. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** Para certos povos, os deuses ou os espíritos impunham castigos, por meio de fenômenos da natureza, aos homens que atentassem contra as leis da natureza.

45. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** A menção à Bíblia, no final do segundo parágrafo, reforça a defesa da Lei do Talião, a qual se encontra implicitamente presente no texto.

46. **(STJ – 2015 – Analista Judiciário – Cespe)** No mundo atual, a ideia de justiça privada prevalece nos países democráticos.

O conceito de planejamento surgiu no final do século

O conceito de planejamento surgiu no final do século XIX, na Inglaterra, como um conceito vinculado ao planejamento de cidades. Data dessa época, por exemplo, o conceito de "cidade-jardim" (Howard, 1902), segundo o qual se poderia planejar uma cidade, distribuindo-se espacialmente suas funções, a fim de tornar o espaço mais agradável a todos.

Esse conceito gerou forte impacto na área de urbanismo do século passado, com o aparecimento de várias cidades-jardim ao redor do mundo. Até essa época, planejamento era função estritamente técnica do urbanista ou do arquiteto, considerados uma espécie de visionários. Com a criação da União Soviética, no início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu: o planejamento econômico centralizado. Sob essa ótica, o Estado teria completo controle sobre os recursos e os distribuiria de acordo com planos e metas determinados por políticos ou burocratas. Já a partir da década de 70 do século passado, o conceito de planejamento não era mais tão visto como um instrumento técnico e, sim, como um instrumento político capaz de moldar e de articular os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas. O planejador deveria ser o mediador dos interesses da sociedade no processo, e o resultado final deveria ser encontrado preferivelmente em consenso.

José Antônio Puppim de Oliveira. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do texto anterior — Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas —, julgue os próximos itens.

47. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Infere-se do texto que o conceito de planejamento sempre esteve relacionado à construção de cidades planejadas.

48. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, seu segundo período poderia ser assim reescrito: O conceito de cidade-jardim, por exemplo, proposto por Howard (1902), data dessa época. De acordo com esse conceito, uma cidade poderia ser planejada por meio da distribuição espacial de suas funções, com a finalidade de tornar o espaço mais aprazível para as pessoas.

49. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho "Com a criação (...) apareceu" (l. 11 a 13) fosse assim reescrito: No início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu, relacionada a criação da União Soviética.

50. **(MP-ENAP – 2015 – Todos os cargos – 2015)** Depreende-se do texto que, após 1970, o Estado planejador passou a agir, considerando como premissa o fato de que a técnica propicia o consenso necessário à consecução de políticas públicas.

É curioso notar que a ideia de porto está presente nas sociedades humanas desde o aparecimento das cidades. Isso porque uma das características das primeiras estruturas urbanas existentes na região do Oriente Próximo foi a presença do porto.

As primeiras cidades, no sentido moderno, surgiram no período compreendido entre 3.100 e 2.900 a.C., na Mesopotâmia, civilização situada às margens dos rios Tigre e Eufrates. A estrutura desses primeiros agrupamentos urbanos era tripartite: a cidade propriamente dita, cercada por muralhas, onde ficavam os principais locais de culto e as células dos futuros palácios reais; uma espécie de subúrbio, extramuros, local que agrupava residências e instalações para criação de animais e plantio; e o porto fluvial, espaço destinado à prática do comércio e que era utilizado como local de instalação dos estrangeiros, cuja admissão, em regra, era vedada nos muros da cidade.

Não se trata, portanto, de uma criação aleatória apenas vinculada à atividade comercial. O porto aparece como mais um elemento de uma forte mudança civilizacional que marcou o contexto do surgimento das cidades e da escrita. O comportamento fundamental dessa mudança localiza-se no aumento das possibilidades do agir humano, na diversificação dos papéis sociais e na abertura para o futuro. Houve, em resumo, uma ampliação no grau de complexidade da sociedade.

51. **(EMAP – 2018 – Conhecimentos básicos – 2018)** A palavra "tripartite" (l.10) poderia ser substituída por tripartida, sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto.

A crescente internacionalização da economia, decorrente, principalmente, da redução de barreiras ao comércio mundial, da maior velocidade das inovações tecnológicas e dos grandes avanços nas comunicações, tem exigido mudanças efetivas na atuação do comércio internacional.

A abordagem desse tipo de comércio, inevitavelmente, passa pela concorrência, visto que é por meio da garantia e da possibilidade de entrar no mercado internacional, de estabelecer permanência ou de engendrar saída, que se consubstancia a plena expansão das atividades comerciais e se alcança o resultado último dessa interatuação: o preço eficiente dos bens e serviços.

Defesa da concorrência e defesa comercial são instrumentos à disposição dos Estados para lidar com distintos cenários que afetem a economia. Destaca-se como a principal diferença o efeito que cada instrumento busca neutralizar.

A política de defesa da concorrência busca preservar o ambiente competitivo e coibir condutas desleais advindas do exercício de poder de mercado. A política de defesa comercial busca proteger a indústria nacional de práticas desleais de comércio internacional.

52. **(EMAP – 2018 – Conhecimentos básicos – 2018)** Depreende-se dos sentidos do texto que a palavra "concorrência" (l.8) foi empregada no sentido de concordância, já que apenas será possível a realização das "mudanças efetivas" mencionadas no primeiro parágrafo se os atores do comércio internacional buscarem um fim comum.

Comentário: uma vez que a autora do texto aborda assuntos relacionados à concorrência, à disputa, à rivalidade no comércio e na economia, chegamos à conclusão de que nada tem a ver com "concordância".

Gabarito: ERRADO.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou uma consciência social do direito à educação na infância, mas ainda não construiu uma cultura do direito à educação ao longo de toda a vida. Assim, é comum que pais com baixa escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito que lhes foi violado. Entretanto, não é raro que pessoas com escolaridade elevada permaneçam alheias ao fato de que estão cercadas por adultos que a pobreza e o trabalho precoce afastaram da escola, ou que têm precário manejo da leitura, da escrita e do cálculo matemático.

53. **(IFF – 2018 – Cespe)** No texto CG2A1AAA, a expressão "alheias ao fato" (ℓ.18) foi empregada com o sentido de

a) atentas ao fato.

b) indiferentes ao fato.
c) responsáveis pelo fato.
d) entristecidas com o fato.
e) preocupadas com o fato.

Texto CB2A1BBB

Um estudo de pesquisadores da Universidade da Califórnia acrescentou mais itens ao vasto repertório de problemas trazidos pelo consumo de açúcar: além de aumentar os riscos de doenças como o diabetes do tipo 2, ele também pode atrapalhar o aprendizado e a memória.

O potencial danoso do açúcar pode ter origem no fato de que ele é um ingrediente recente na dieta humana. Ao longo da história, o homem obteve quantidades limitadas desse alimento, por meio de frutas ou mel. O consumo anual, no final do século XIX, por exemplo, era de apenas dois quilos por pessoa. Atualmente, é de 37 quilos, segundo Michel Raymond, pesquisador do Instituto de Ciências Evolutivas da Universidade de Montpellier, na França.

Essa mudança drástica não deixou o organismo humano ileso. Estudos mostram que o açúcar, por alterar alguns tecidos humanos durante a fase de crescimento, pode ser o responsável por problemas que vão de miopia e acne até o câncer. Segundo a Associação Americana do Coração, o açúcar pode causar, ainda, problemas metabólicos, como diabetes, hipertensão e aumento do colesterol ruim.

Internet: <https://veja.abril.com.br> (com adaptações)

54. **(EBSERH – 2018 – Cespe)** A correção e a coerência do texto seriam mantidas caso o termo “ileso” (ℓ.15) fosse substituído por incólume.

Texto 6A2AAA

Entramos na liça ao nascer; dela saímos ao morrer. De que vale aprender a conduzir melhor seu carro quando se está no fim do percurso? Só resta pensar então em como abandoná-lo. O estudo de um Velho, se ainda lhe resta a fazer, é unicamente o de aprender a morrer e é precisamente o que menos se faz na minha idade, pensa-se em tudo, menos nisso. Todos os velhos dão mais apreço à vida do que as crianças e a deixam com maior má vontade do que os jovens. É que, como todos os seus trabalhos tiveram essa mesma vida por objetivo, veem, no final, que perderam seus esforços. Todos os seus cuidados, todos os seus bens, todos os frutos de suas laboriosas vigílias, tudo deixam quando se vão. Não pensaram em adquirir alguma coisa, durante a vida, que possam levar com a morte.

Disse tudo isso a mim mesmo quando era tempo de mo dizer, e, se não soube tirar melhor partido de minhas reflexões, não foi por não as ter feito a tempo e por não as ter bem amadurecido. Lançado, desde a infância, no torvelinho da sociedade, aprendi cedo, por experiência, que não era feito para viver nela, onde nunca conseguiria chegar ao estado de que meu coração precisava. Cessando, portanto, de procurar entre os homens a felicidade que sentia não poder encontrar, minha ardente imaginação já saltava por cima da recém-iniciada época de minha vida, como sobre um terreno desconhecido, para descansar em uma situação tranquila em que me pudesse fixar.

Jean Jacques Rousseau. **Terceira caminhada**. *In*: Jean Jacques Rousseau. **Os devaneios do caminhante solitário**. Organização e tradução de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da UnB, 1991, p. 16 (com adaptações).

55. (STM – 2018 – Analista Judiciário – Cespe) A substituição do trecho “bem amadurecido” (ℓ.17) por assaz amadurecidas preservaria a correção gramatical do texto, apesar de interromper estrutura com paralelismo sintático.

Gabarito

01. ERRADO	**05. CERTO**	**09. ERRADO**
02. ERRADO	**06. ERRADO**	**10. ERRADO**
03. ERRADO	**07. CERTO**	**11. CERTO**
04. CERTO	**08. ERRADO**	**12. ERRADO**

13. CORRETO
14. ERRADO
15. ERRADO
16. CERTO
17. ERRADO
18. CERTO
19. ERRADO
20. CERTO
21. ERRADO
22. ERRADO
23. ERRADO
24. ERRADO
25. ERRADO
26. CERTO
27. CERTO
28. CERTO
29. CERTO
30. ERRADO
31. ERRADO
32. ERRADO
33. ERRADO
34. ERRADO
35. ERRADO
36. CERTO
37. CERTO
38. CERTO
39. CERTO
40. ERRADO
41. CERTO
42. ERRADO
43. CERTO
44. ERRADO
45. ERRADO
46. ERRADO
47. ERRADO
48. CERTO
49. ERRADO
50. ERRADO
51. ERRADO
52. ERRADO
53. B
54. CERTO
55. CERTO

O MEU ATÉ BREVE

Chegamos ao final da nossa primeira aula! Espero que tenham gostado! No caso de qualquer dúvida, já sabem, entrem em contato comigo!

Contatos:
Fórum de dúvidas.
E-mail: **contato@professorarafaelafreitas.com.br**
Facebook, Instagram e Youtube: ***Prof. Rafaela Freitas***

WhatsApp na próxima aula!!!

Abraços, até breve!!!
Rafaela Freitas.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.